

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VANESA FERNANDA ARDUIN NUNES

A FLORESTA “MELHORADA”: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS DE
REFLORESTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL (1934-1965).

PORTO ALEGRE
DEZEMBRO DE 2018

VANESA FERNANDA ARDUIN NUNES

A FLORESTA “MELHORADA”: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS DE
REFLORESTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL (1934-1965).

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Mara Cristina de Matos
Rodrigues

PORTO ALEGRE

DEZEMBRO DE 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Arduin Nunes, Vanesa Fernanda

A floresta "melhorada": uma análise sobre as políticas de reflorestamento no Rio Grande do Sul (1934-1965). / Vanesa Fernanda Arduin Nunes. -- 2018. 54 f.

Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Reflorestamento. 2. Melhoramento. 3. Legislação Ambiental. 4. Instituto Nacional do Pinho. I. de Matos Rodrigues, Mara Cristina, orient. II. Título.

Agradecimentos

Este trabalho simboliza o encerramento de quase uma década de vivências, construídas não somente dentro da Universidade, mas também fora dela. O caminho até aqui foi permeado por inúmeras vidas que compartilharam comigo tempo e espaço e muito amor. Minha profunda gratidão a todas essas vidas, manifesto neste agradecimento.

Minha mãe e meu pai me ofertaram amor e apoio incondicionais desde que decidi cursar História; quaisquer palavras seriam insuficientes para descrever a importância que tiveram nesta caminhada. A eles, meus maiores agradecimentos!

Agradeço a todas as professoras e professores do curso, em especial a prof^a Mara que aceitou o desafio da orientação deste trabalho de conclusão, assim como o professor Adolar Koch que foi o primeiro a acreditar e incentivar esta pesquisa! Também agradeço à prof^a Helen Osório que me oportunizou ter contato com as práticas da pesquisa histórica, ainda no início do curso. Um abraço especialíssimo ao Chico do NPH, onde realizei meu estágio curricular. Através deles, estendo minha gratidão a todos os funcionários da Universidade, especialmente os terceirizados, que – mesmo em condições muitas vezes adversas – fazem funcionar o cotidiano desta instituição, fornecendo comida e ambientes limpos para que milhares de estudantes possam usufruir do privilégio de cursar o ensino superior.

Agradeço à minha companheira, Jamila, que esteve presente em cada momento desta escrita, me apoiando nos momentos mais difíceis e renovando minha confiança a cada dia, cada noite. (Te amo!).

Um salve a todas as amigas que fizeram dessa caminhada uma jornada de muito aprendizado, alegrias, lutas, descobertas, parcerias e amor, muito amor! Aquelas e aqueles que compartilharam comigo teto e cotidiano, menciono com amor: Tiago Rubens, Jamille, Elisinha, Bob, Doug, Léo, Gabi Luzzi, Richard, Gabi Toja, Pati, Pablo, Renatinha, Iana, Sofi, Jú, Ana; não com menos amor, Helem, Bárbara e Giovanna, Jú e Iara, Fê, Pamela, Kakau, Gil, vocês são inspiração pros meus passos!

Elincoln, Paula Blume, João Pedro, Ivan, Lisi, Salton, Aécio, Fábio, Igor, Paulo Gonçalves e Lu, Liana, Lola, Andressa, Lucas, Thaize, Mauricio, Guiga, Marcelinho, Márcio, Rhenan, Luquinhas, Alejandro, Cassiano, Eduardo, Hari, Bá, Thamirez, Laura, Chileno, Fábio Tim, Gui Masi, Fafá, Lua, Thais, Dani, Grazi, Lúcio, Ben-hur, Byna, Bina, Elô, e todes colegas do Campus do Vale! Dudu Rasta, Cibele, Léo Pradella, Dyozzifer, Henrique, Luisinho, Moisés, Carlos, Diego e toda a galera do CV!

Consu, Anita, Chinês, Seba, Cabeleira, Sussarana, Guto, Kevin e todes viajantes que construíram os laços inquebrantáveis da Frida! Luli, Ana Laura, Elisa, Carol, muito amor! Dudu, Leffeu, Tio Edegar, Fátima e toda a família Tijuana, grata por tanto!

Lucas Gil, Davy, Duda, Th, Marcelo, Chico, Paula H, Adri, Laura, Marlene, e todes querides do Vale do Paranhana. Seu Romeu e Mayara Marcon (e toda família), pela oportunidade de vivenciar as Feiras Ecológicas e aprender tanto a cada semana! Luana, Amandinha, Juzinha, Maíra, Fafa, Thaís, Carol Ascal, Caleb e todes colegas de Agri! Ivana, Flavia, Chechu, Ernesto, Vini, Prisca, Paula, Anita, Manu, Coco, Matías, Manu, Lorena, y todas las amistades uruguayas que me llenan los recuerdos y me hacen volver una y outra vez!

Àqueles que aqui não foram mencionados e são igualmente importantes! Imensamente grata pela vida de vocês e sua presença na minha!

Gracias a la vida que me ha dado tanto!

Resumo

Este trabalho investiga a construção das primeiras políticas de reflorestamento do Rio Grande do Sul, promovidas pelo Instituto Nacional do Pinho entre as décadas de 1940 e 1960. Busca compreender o contexto de devastação das florestas com Araucárias que fez emergir tais políticas, bem como os fatores que possibilitaram que, na década de 1970, houvesse a expansão do modelo de reflorestamento baseado no monocultivo de árvores exóticas, notadamente na região dos Campos de Cima da Serra/RS. Neste trabalho analisamos relatórios publicados no Anuário Brasileiro de Economia Florestal, entre 1948 e 1966, bem como a legislação florestal vigente no período. Ao fazer esta análise, dialogamos com pesquisas da História Ambiental realizadas nas últimas décadas referente à temática florestal e observou-se que tais políticas se construíram sobre o ideal de “melhoramento” das florestas, buscando a racionalização de sua exploração para torná-las produtivas. Isto contribuiu, por um lado, para a devastação das florestas nativas e, por outro, para a inserção das florestas artificiais, de rápido crescimento e alto rendimento.

Palavras-chave: melhoramento – reflorestamento – Instituto Nacional do Pinho – legislação ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 A HISTÓRIA AMBIENTAL E A TEMÁTICA FLORESTAL	11
3 O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO DA FLORESTA	17
3.1 O início da exploração madeireira nos Campos de Cima da Serra no RS	17
3.2 Modernização e exploração racional dos recursos na Primeira República.	22
3.3 Os debates sobre conservação da natureza no Brasil e o Primeiro Código Florestal....	26
4 POLÍTICAS DE REFLORESTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL	33
4.1 O Instituto Nacional do Pinho e os parques florestais	33
4.2 O “melhoramento” da floresta: entre a devastação da floresta nativa e o plantio de monocultivos de árvores exóticas.	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6 REFERÊNCIAS	49

*Toda mata tem caipora para a mata vigiar
Veio caipora de fora para a mata definhar
E trouxe dragão-de-ferro, pra comer muita madeira
E trouxe em estilo gigante, pra acabar com a capoeira (...)*

Vital Farias

1. INTRODUÇÃO

Quem tem a oportunidade de vivenciar atualmente as paisagens da região dos Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul depara-se com inúmeras áreas destinadas ao plantio de árvores exóticas, especialmente espécies de *Pinus*¹, que formam o que o movimento ambientalista contemporâneo chama de “desertos verdes”². Imensas extensões de terras plantadas com apenas uma espécie de árvore – atualmente em geral clones de um mesmo indivíduo – que não propiciam, nas suas possibilidades de relação de vida, a conservação das condições para reprodução da sociobiodiversidade dos ecossistemas em que se inserem e com que se relacionam.³

A família em que nasci e com quem desenvolvi minha forma de respeito pela natureza, reside atualmente no município de São Francisco de Paula, pertencente à mencionada região. Foi a partir da vivência nesse espaço que os primeiros questionamentos acerca do tema desta pesquisa se desenharam. Tendo em vista que se trata atualmente de uma região turística que, entre outros símbolos, valoriza especialmente a árvore de Araucária como característica fundamental de sua formação

¹ Sendo as principais o *Pinus Elliotii* e o *Pinus Taeda*.

² O termo “desertos verdes” ganha projeção no Brasil a partir das experiências de resistência das comunidades afetadas pelos monocultivos de *eucalipto* no estado do Espírito Santo, principalmente, através da atuação da empresa Aracruz Celulose na década de 1990. No Rio Grande do Sul toma lugar importante no debate público a partir da década de 2000 quando se iniciaram os projetos de instalação de monocultivos de árvores no bioma Pampa, notadamente a “Metade-sul” do Rio Grande do Sul. Para uma discussão aprofundada ver: BINKOWSKI, Patricia. *Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no sul do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Porto Alegre: 2014

³ Segundo as construções contemporâneas dos debates sobre conservação da natureza, especialmente a partir da Convenção da Diversidade Biológica, um acordo internacional multilateral, assinado em junho de 1992, a partir e durante a realização da Conferência Climática que ficou conhecida como Eco92, na cidade do Rio de Janeiro.

social, cultural e econômica, me instigou a ostensiva presença dos monocultivos de árvores e sua representação enquanto “reflorestamentos”, ou seja, associados à ideia de floresta. Buscando problematizar e questionar historicamente a realidade que se me colocou naquele momento, decidi iniciar o trabalho de pesquisa que aqui se expõe.

A região era, até o final do século XIX, coberta por um mosaico formado pela Floresta Ombrófila Mista (FOM)⁴, ou floresta com Araucárias, e os campos de altitude, inserido no imenso bioma da Mata Atlântica⁵. Os remanescentes desses ecossistemas nativos disputam espaço atualmente com os monocultivos de árvores destinados a abastecer a indústria madeireira, uma das principais atividades econômicas da região.⁶

Tais monocultivos existentes hoje são fruto de um *modelo* que se implantou massivamente a partir do final da década de 1960 na região, e no Brasil, através de políticas e programas de *Reflorestamento*, durante a ditadura civil-militar. Tinham como finalidade incentivar - através de isenções fiscais e facilidades de financiamento - àqueles que se dedicassem ao plantio de árvores, convenientemente aparatados segundo os avanços tecnológicos e científicos na área da silvicultura⁷, em nome da “conservação” dos recursos.

A expansão desses plantios se incentivou a partir da necessidade de resolver o “problema florestal”, causado pela intensa devastação da floresta nativa na primeira

⁴ “A vegetação natural (...) pertence ao tipo fitogeográfico ‘Mata de Araucária ou pinheiro brasileiro’, segundo RAMBO (1956), KLEIN (1960), REITZ e KLEIN (1966), LINDMAN e FERRI (1974); ou ‘Floresta Ombrófila Mista’, segundo VELOSO e GOES FILHO (1982).” (IBAMA, 1989, p. 11). Não obstante, o historiador Ely Bergo de Carvalho traz em um de seus textos uma reflexão sobre a importância de se historicizar a terminologia utilizada (convencionada) para referir-se à formação vegetal em questão, entendendo que, de acordo aos interesses econômicos e políticos dos diferentes contextos, a Floresta vai ser designada enquanto uma formação homogênea (‘Mata de Araucária’, por exemplo, que põe em evidência *uma* das espécies que formam o ecossistema) ou ser entendida enquanto um ecossistema heterogêneo (Floresta Ombrófila *Mista*). Ver mais em: CARVALHO, 2015.

⁵ NODARI, Eunice Sueli; ROSSI, Esther Mayara Zamboni. *Campos da Vacaria dos Pinhais: migrações, indústria madeireira e meio ambiente*. In: PEREIRA, Elenita; RUCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli G.; (orgs). História Ambiental no Rio Grande do Sul. Lajeado: Editora Univates, 2014, p.120

⁶ Pertencente à região em questão, São Francisco de Paula é o segundo município do Estado do Rio Grande do Sul em área destinada ao plantio de monocultivos de árvores, com cerca de 42 mil hectares de terras utilizadas para produção de madeira, sendo o principal produtor de Pinus do Estado. Cambará do Sul ocupa o quarto lugar, com mais de 29 mil hectares plantados. Fonte: Anuário Florestal 2017 (ano-base 2016), publicado pela Associação Gaúcha de Empresas Florestais. Disponível em: <http://www.ageflor.com.br/noticias/wp-content/uploads/2017/08/A-INDUSTRIA-DE-BASE-FLORESTAL-NO-RS-2017.pdf> (p.23). Acesso em: 01/12/2018.

⁷ A geógrafa Carla Hirt, em seu texto “Concepções de desenvolvimento em conflito: monocultivos arbóreos e turismo em São Francisco de Paula/RS” recusa utilizar o termo silvicultura para referir-se aos monocultivos de árvores. Justifica que “silvicultura é uma palavra derivada do latim *silvester*, que remete à floresta. Entendemos neste momento que, para ser floresta, é preciso que haja biodiversidade. (...)”. Logo, entente que a utilização dos termos “silvicultura” e “maciço florestal” são equivocados, uma vez que não é possível identificar uma biodiversidade significativa no interior dessas áreas.”(p.5) Não obstante, neste trabalho utilizo o termo silvicultura para referir-me à ciência específica que estuda o plantio de árvores.

metade do século XX. O processo de devastação das florestas de araucárias vem sendo estudado nos últimos anos desde distintas perspectivas, entre elas pelo olhar da História Ambiental, que busca integrar estudos de outras áreas do conhecimento às análises da ciência histórica. Dentre a historiografia que aborda o tema, dialogo aqui com parte dela que entende tal processo como construído na interação de três fatores principais: o uso da lenha, a expansão da agricultura com as populações imigrantes que colonizaram as regiões de mata desde o fim do século XIX, e o posterior desenvolvimento de uma indústria madeireira que se consolida ainda na metade do século XX ⁸.

Ao passo que se tornava mais evidente a destruição das matas e o prejuízo que disso decorria, tornavam-se também mais frequentes nos âmbitos da elite da sociedade as discussões sobre a conservação dos recursos e a urgência de fomentar-se o reflorestamento, entendido como a melhor solução para o “problema”.

A partir da década de 1930 o Estado nacionalista de Getúlio Vargas responderá com a tentativa de regulação da exploração florestal e a conservação das matas, inclusive nas propriedades particulares, algo que confrontava as políticas liberais da Primeira República. Promulgando o Código Florestal de 1934, buscou atender as demandas do setor madeireiro, integrando as preocupações *conservacionistas*⁹ do contexto e aumentando também o controle do Estado sobre o uso das florestas.

No mesmo sentido, em 1941 cria-se o Instituto Nacional do Pinho (INP), autarquia que foi responsável pelas primeiras *políticas públicas de reflorestamento* no Brasil, notadamente na região sul do país, de ocorrência da *Araucaria Angustifolia*, dada sua importância econômica no contexto. Apesar de que um de seus objetivos fosse incentivar o estudo das formas de promover o replantio nas áreas desmatadas da região, o órgão foi criado para representar e defender os interesses dos produtores e industriais da madeira. Assim, muitas críticas foram dirigidas à atuação do Instituto desde os primeiros anos após sua criação. O aumento constante da devastação das matas nas décadas que se seguiram pressionou o governo a reformular as políticas florestais, entre as quais as que se referiam ao reflorestamento, que passou a ser feito com espécies exóticas. A expansão desses plantios se deu especialmente com a Lei de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento, de 1966, através da iniciativa privada, financiada pelo

⁸ CARVALHO, Miguel M. X. *Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, 2011.

⁹ Abordo essa corrente de pensamento no subcapítulo 3.3

Estado. O Instituto Nacional do Pinho é extinto em 1967, tendo suas atribuições delegadas ao recém-criado Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)¹⁰.

Assim, conforme se lê na página de internet da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR)¹¹,

Sem dúvida, o grande estímulo aos plantios de florestas no Estado ocorreu com o advento da Lei de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento, Lei Federal 5.106, de 1966. Embora tais incentivos tenham sido encerrados em 1987, os plantios de florestas de acácia, pinus e eucalipto continuaram a ser feitos pela iniciativa privada, *estabelecendo-se no território gaúcho a base florestal que desenvolveu a cadeia produtiva de base florestal existente.* (AGEFLOR, 2018) (grifos meus).

Não obstante, torna-se pertinente analisar a atuação do Instituto Nacional do Pinho na construção desse processo, ou seja, sua ingerência na transformação do modelo de replantio (antes baseado na utilização da Araucária, e atualmente consolidado com base no cultivo de espécies exóticas), visto que, a partir de 1944, o mesmo funda um conjunto de Parques Florestais destinados ao estudo de reflorestamento, sendo o primeiro no Rio Grande do Sul instalado em 1945, no município de São Francisco de Paula¹².

Considerando que os atuais monocultivos são ainda muito conhecidos como “reflorestamentos”, concordo com Samira Moretto quando aponta que “inicialmente, quando se fala em reflorestar, há uma conotação positiva, já que reflorestar deveria significar na íntegra: ‘florestar novamente’”. (MORETTO, 2012, p. 112). Porém, segundo a autora,

nem sempre o reflorestamento é feito em áreas onde antes havia floresta, ou mesmo é feito com espécies nativas, o que leva a repensar a importância de tal ato, visto que as plantas exóticas invasoras [entre elas as inúmeras espécies de pinus] eram consideradas no começo do século XXI a segunda maior ameaça mundial à biodiversidade,

¹⁰ O Decreto-lei nº 289 de 28 de fevereiro de 1967 extingue o Instituto Nacional do Pinho e cria o Instituto Brasileiro de Economia Florestal.

¹¹ Disponível em <http://www.ageflor.com.br/dados/setor>. Acesso em 01/12/2018.

¹² Fundado em 27 de agosto de 1945, como “Estação Florestal Morrinhos”, passa nos anos seguintes a se chamar “Parque Florestal Joaquim Francisco de Assis Brasil”, cuja área conforma hoje o território da Floresta Nacional (FLONA) de São Francisco de Paula, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

perdendo apenas para a destruição de habitats pela exploração humana direta.¹³

São inúmeros os estudos que corroboram nesse sentido, apontando os danos socioambientais hoje verificados, advindos da expansão de um modelo de cultivo de árvores – monoculturação – voltado para potencializar a produtividade da terra, exaurindo as relações do ecossistema, não imbuído de uma ideia de conservação da *biodiversidade*. Segundo Débora Sá, “a fragmentação do espaço florestal implica diretamente na conservação da fauna e da flora locais, pois o cenário não conectado desfavorece a circulação dos animais e, conseqüentemente, a variabilidade genética.” (SÁ, 2017, p. 59).

Apesar de ser hoje o paradigma científico que baliza as convenções internacionais sobre o meio ambiente, na prática a proteção das condições de manutenção da sociobiodiversidade ainda é considerada, por importantes setores da elite do agronegócio, um empecilho à conservação de matéria-prima e de commodities do mercado de carbono e agroindustrial, vide as recentes manifestações públicas do presidente eleito no Brasil em 2018.¹⁴

Assim, considerando necessária uma problematização do uso dos termos referentes à floresta para denominar os monocultivos de árvores, busquei analisar neste exercício de pesquisa histórica de que maneira se construíram as políticas de “reflorestamento” que os implementaram na região, notadamente através do Instituto Nacional do Pinho.

Diversos estudos históricos acerca da legislação florestal do período apontam para a ineficácia tanto do Código Florestal de 1934 quanto do programa de reflorestamento do INP para a conservação das florestas nativas. A maioria faz parte do campo da História Ambiental, que vem desenvolvendo-se nas últimas décadas a partir da necessidade de integrar os estudos sobre o espaço natural para compreender a construção das sociedades, atribuindo agência à natureza, numa relação mútua.¹⁵

¹³ Ibidem, p. 113. A autora referencia ZILLER (2001). No entanto a questão da relação ambiental das espécies exóticas (se invasoras ou não) é um ponto em debate em aberto dentro dos estudos em História Ambiental. Aqui vou considerar menos a espécie e seu potencial invasor, talvez, do que o modelo sob o qual é feita sua inserção.

¹⁴ Em algumas ocasiões desde o pleito eleitoral, o presidente eleito Jair Bolsonaro fez declarações que evidenciam o risco que correm as políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil, vista a força econômica e política do *agronegócio*. Uma das últimas decisões polêmicas foi a de que o Brasil não concorreria para sediar a Conferência sobre o Clima, prevista para o próximo ano, 2019.

¹⁵ Algumas das referências consultadas são CARVALHO (2010); MORETTO; CARVALHO; NODARI (2010); MORETTO (2012); NODARI (2016); SÁ (2017).

Não obstante, o historiador Ely Bergo de Carvalho entende que por mais que as políticas florestais não tenham operado na efetiva conservação das florestas do ponto de vista da *biodiversidade*, ela não pode ser considerada inócua ou uma “ideia fora do lugar”¹⁶, visto que possui uma historicidade própria, sendo necessário compreender a forma de apropriação da natureza construída em suas intenções o que permite por sua vez, compreender sua influência na transformação das relações entre a sociedade e o ambiente natural, em especial as florestas.

Assim, a partir do entendimento de que as relações entre sociedade e natureza se desenvolveram no século XX influenciadas pelas ideias de racionalização do *uso* das florestas, este trabalho buscou analisar as políticas de reflorestamento do Instituto Nacional do Pinho no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1960, especialmente na região dos Campos de Cima da Serra. Busca compreender como se constrói a noção de reflorestamento aplicada no contexto e os fatores que influenciam nas transformações dessa noção, resultando na expansão de um modelo baseado na utilização de espécies exóticas.

A análise aqui proposta buscou responder a uma pergunta inicial: em que momento e por que razões as práticas de reflorestamento passaram a ser realizadas com espécies exóticas. Para responder a esta pergunta, parti do pressuposto de que o reflorestamento se fez necessário vista a devastação das florestas nativas.

Assim, após apresentar no primeiro capítulo uma aproximação teórico-metodológica com a História Ambiental, discuto no segundo capítulo, o contexto de início da exploração madeireira na região dos campos de cima da serra no rio grande do sul; a ideia do *uso racional* dos recursos propagada pelas políticas do Estado no contexto de modernização na Primeira República; e os debates sobre a conservação das florestas que se intensificam conforme avança a devastação. O objetivo é contextualizar o início dos “reflorestamentos”, a partir da compreensão dos fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que os fizeram necessários.

A partir dessas reflexões, no terceiro capítulo discuto as transformações no processo de racionalização da natureza no período de vigência do primeiro Código Florestal, e da atuação do Instituto Nacional do Pinho. Faço isso através da análise de relatórios publicados no Anuário Brasileiro de Economia Florestal, entre 1948 e 1966,

¹⁶ Argumento presente em alguns trabalhos do historiador, mais recentemente sintetizada em obra conjunta com GIUDICE e RAJÃO (2018), intitulada “*Breve História da Legislação Florestal Brasileira*”, p.18-21.

recortando aspectos referentes à região dos Campos de Cima da Serra. O objetivo é através da análise de fontes publicadas pelo Instituto discutir a ideia de “melhoramento” da floresta, e algumas das consequências socioambientais decorrentes.

Isso permite observar por que, de acordo com parte da historiografia, mesmo que as políticas de reflorestamento sejam consideradas atualmente como tendo sido ineficazes (alguns dirão ameaçadoras) para a conservação da *biodiversidade*, elas foram “efetivas” no sentido da conservação da cobertura vegetal enquanto matéria-prima para atender os interesses desenvolvimentistas do período em que foram implementadas, baseadas na ideia do “melhoramento” da floresta.

2. A HISTÓRIA AMBIENTAL E O ESTUDO DA TEMÁTICA FLORESTAL

Pensar sobre nossa relação com as demais vidas que formam nossa realidade, seja visível, intangível,(...) é uma característica humana. Comunicar e intercambiar esses pensamentos – e as ações decorrentes – é também uma característica humana.

[...] o universo não depende do ser humano para existir. Certamente não: poderíamos simplesmente não estar aqui. A natureza também funcionaria perfeitamente (quem sabe até melhor) sem nossa presença, neste planeta, cheio de água, plantas, animais, pedras e o deslumbrante azul do céu. Mas, uma vez que estamos aqui, e pensamos, e olhamos tudo em volta, dando nomes para as coisas [...] *somos nós que construímos sentidos para o universo e a natureza.* (DUARTE, 2005, p. 55).

Dentro das comunidades humanas, diferentes e incontáveis maneiras de significar, representar, elaborar e transmitir estes pensares e sentires sobre o que nos cerca e do que fazemos parte, se construíram para nominar essa amplitude de relações.

A cada tempo, em cada lugar, desenvolvem-se essas relações de maneiras específicas, em uma constante construção, em que “a natureza influencia e é influenciada conforme o modo de sobrevivência de cada grupo ou indivíduo [e] as

modificações na paisagem também transformam a cultura e a visão em relação à natureza.” (NODARI; ROSSI, 2014, p. 121).

Produzimos o conhecimento histórico numa dada condição, e desde o presente se apresentam nossas indagações enquanto historiadoras e historiadores. E um dos desafios mais urgentes da atualidade se refere à nossa ação enquanto sociedade e indivíduos em relação aos elementos naturais e a terra. Recentemente, dada a ampliação do interesse e da necessidade de observar historicamente tais desafios, emergem análises cada vez mais vinculadas às transformações operadas em termos ambientais pelos já estudados (desde outros olhares) processos econômicos e simbólico-culturais das sociedades humanas.

Essas análises marcam a produção da História Ambiental enquanto campo de estudos dentro da disciplina acadêmica-científica da História. A história ambiental “nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial” (WORSTER, 1991, p.2). O autor aponta os primeiros estudos *históricos* feitos nos EUA a partir da década de 1970, sendo Roderick Nash pioneiro com seu curso “História Ambiental” oferecido na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara no ano de 1972.

Segundo o historiador José Augusto Pádua, Peter Burke “ao comentar o desenvolvimento recente da história ambiental, lembrou que a história monetária também foi estimulada pela crise inflacionária dos anos 1920, assim como a história demográfica pelo *baby boom* do pós-Segunda Guerra. (2009, p.349)”.¹⁷ Ou seja, reafirmam-se os argumentos de que o conhecimento histórico enquanto ciência propõe perguntas que estão relacionadas ao contexto presente de onde se realizam. Nesse sentido, a emergência do campo da História Ambiental, internacionalmente e no Brasil, também deve ser entendida no diálogo entre a ciência e a emergência das ideias-movimentos ambientalistas¹⁸ que se processa principalmente a partir dos anos 1970.

A historiadora Stefania Barca, no prefácio do livro “História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza”, afirma que a História

¹⁷ PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da História Ambiental*. Revista Estudos Avançados, 24 (68), 2010, p.82.

¹⁸ Aqui baseio-me em análise de Eduardo Viola e Hector Leis, através de citação de Pádua, que sumariza os argumentos dos autores: “A emergência de um ‘ambientalismo complexo e multissetorial’ a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um *movimento histórico*, mais do que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber (Viola & Leis, 1991, p.24).” (PÁDUA, 2010, p. 82) (grifo meu).

Ambiental “está baseada em três premissas teóricas¹⁹, construídas numa articulação de fatos históricos e ecológicos: primeiro, que a natureza não é uma entidade fixa e imutável, pois a mudança é elemento constitutivo dos ecossistemas terrestres e dos organismos vivos – se mencionar o próprio universo.” (BARCA, 2012, p.7). Mesmo sendo a mudança um fator permanente, a autora afirma que

não há dúvida de que os últimos 150 anos constituíram uma fratura temporal na história da humanidade e do planeta por causa do incremento exponencial das alterações antropomórficas da biosfera e até da atmosfera. (BARCA, 2012, p.7)

Considera que para analisar, então, essas “alterações antropomórficas”, é necessário ter em conta, como uma segunda premissa, que “maneiras diferentes de interagir com a natureza correspondem a diferentes tipos de sociedades, e que, no ato de modificar o mundo natural, o ser humano modifica seja a sua própria natureza, seja as relações com outros seres humanos.” (BARCA, 2012, p.8)

Nesse sentido, Diogo Cabral e Susana Cesco, em suas “Notas para uma história da exploração da Mata Atlântica no sul do Brasil” colocam que

as paisagens florestais, um dos principais objetos das atuais preocupações conservacionistas, são cada vez mais concebidas como o resultado de sucessivos ajustamentos sistêmicos em face das condições impostas pela dinâmica da sociedade humana. (CABRAL; CESCO, 2008, p.1).

Considerando que “o regime de apropriação da natureza é um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica de qualquer sociedade” (WORSTER, 1991, p.206), dialogo com historiadoras e historiadores que vêm estudando a questão florestal a partir da análise das representações e percepções sobre o meio natural, no intuito de contribuir para o entendimento da agência humana em determinados ecossistemas, bem como a influência do ambiente nas ações humanas. Segundo José Augusto Pádua,

A literatura teórica em História Ambiental vem chamando atenção para a necessidade de, ao enfatizar a relevância do mundo biofísico, não cair na falácia de considerar que este se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana. O ser humano age sempre a

¹⁹ Diferentes autores dão diferentes conceituações para tratar destas mesmas três dimensões. Ver também WORSTER, 1991.

partir de sentidos e compreensões, estando imerso nas linguagens, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas. *A apropriação dos recursos da natureza e a valoração das paisagens, nesse sentido, possuem uma clara historicidade.* (PÁDUA, 2010, p. 31).²⁰.

Há de se levar em conta que não somente o modo de relação de cada sociedade com o meio atua sobre ele de maneiras específicas, como também as relações de poder dentro da sociedade influenciam de maneiras determinadas na relação com o meio. O poder de tomar as decisões sobre a maneira de relacionar-se com a natureza se distribui de forma desigual pela sociedade, de modo que compreendê-las é também parte das preocupações da História Ambiental. (WORSTER, 1991, p. 5).

Stefania Barca considera, finalmente, que

A terceira premissa da história ambiental é que o entendimento científico da natureza, incluindo a ciência da ecologia, também envolve, historicamente, uma relação simbiótica com a evolução cultural, influenciando as ideias da natureza mais difusas na sociedade. *Não somente as ideias científicas sobre a natureza são profundamente históricas, elas também produzem importantes repercussões sobre as políticas ambientais e a gestão dos recursos naturais, mais um tema crucial para a história ambiental.* (BARCA, 2012, p.8)

Nesse sentido, me apoiei primeiramente nas produções recentes da área, especialmente que se referiram ao processo de devastação da Floresta Ombrófila Mista para compor meu problema.

O brasileiro Warren Dean foi pioneiro no estudo do processo de devastação da Mata Atlântica com publicação de 1996, em que faz uma análise das relações das diferentes sociedades que interagiram com o bioma desde as populações originárias até o contexto em que escreveu²¹. Não obstante, parte da recente produção historiográfica discute algumas questões colocadas por Dean, apontando, entre outras coisas, as limitações de sua análise quanto às peculiaridades dos diferentes contextos que conforma(ra)m o extenso território abrangido pelo bioma da Mata Atlântica.

²⁰ O autor faz referência ao trabalho de William Cronon, 1996.

²¹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: história e devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, 484p (reimpressão 2004).

Miguel M. Xavier de Carvalho (2010) discute essa homogeneização da pesquisa de Dean, discordando quando o autor “toma a região central pelo todo” (DEAN, 1996, p.28), entendendo que o ecossistema da Floresta de Araucárias possui especificidades que ocasionaram “danos no meio socioambiental diferentes dos da ‘região central’ da Mata Atlântica.” (SÁ, 2016, p.174) Carvalho argumenta desde a perspectiva de que, diferentemente das outras florestas [do bioma], não foi vista apenas como obstáculo para a produção agrícola, e sim “vislumbrada e de fato derrubada para fins lucrativos, pois as toras de araucária – e de outras espécies madeiráveis – possuíam uma demanda de mercado e um valor comercial significativo.” (SÁ, 2016, p.175)²² Todavia, segundo o autor, o processo de aceleração da devastação da FOM não se deve apenas à atividade da indústria madeireira, apontando para o uso da lenha (para diversos fins) e as atividades agropecuárias como fatores também determinantes.²³

Não obstante, os processos de migração humana que se intensificaram na região de FOM a partir do século XIX e a posterior exploração comercial da madeira têm sido os dois processos mais estudados. Miguel Carvalho e Eunice Nodari identificam um amplo recorte temporal, desde 1870 a 1970, que corresponde

“a uma série de transformações tecnológicas, demográficas, políticas e também de concepções sobre a floresta envolvendo a indústria madeireira e a floresta com araucária, que vai desde a construção das primeiras serrarias voltadas para a exportação nas últimas décadas do século XIX até o esgotamento das florestas primárias e os massivos plantios de pinus na década de 1970.” (CARVALHO; NODARI, 2010, p.710)

Segundo os autores, entre as décadas de 1940 e 1970, se desenvolve uma fase da indústria madeireira que marca “o fim do domínio da araucária como a principal espécie madeirável explorada no país e o início da fase do pinus como principal produto da indústria madeireira sulina.” (CARVALHO; NODARI, 2010, p.717). Esse período

²² Isso não significa afirmar que as espécies arbóreas dos demais ecossistemas florestais da Mata Atlântica não tivessem valor comercial e demanda de mercado; não obstante, a importância que a madeira de araucária assume no século XX é facilmente distinguida das demais se levarmos em conta que, na década de 1940, o governo funda o Instituto Nacional do Pinho. (SÁ, 2017)

²³ CARVALHO, Miguel M. X. *Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira*. Revista Esboços, v.18, n.25, p.32-52, agosto de 2011. O autor afirma que apesar de que o processo de desmatamento tenha se desenvolvido ao longo do contato humano com as florestas, entende que há uma intensificação do mesmo desde fins do século XIX e ao longo do século XX. O autor enfatiza que a “separação em três fatores tem o intuito de melhorar a compreensão sobre quais foram as forças responsáveis pela destruição da floresta, embora não seja difícil perceber que esses três fatores muitas vezes se sobrepõem.”

corresponde ao auge da extração de madeira de Araucária para exportação e a profusão dos estudos científicos sobre maneiras de efetivar o necessário reflorestamento.

Baseando-me nessa periodização e buscando contribuir para a compreensão das transformações ocorridas nesse processo notadamente na região dos Campos de Cima da Serra, dialoguei com as pesquisas em História Ambiental em dois sentidos: em primeiro lugar, para compreender a construção da forma como a sociedade se apropriou das florestas na região, compreendendo assim o processo que provocou a devastação da floresta nativa e contextualizou a implementação de políticas de reflorestamento oficial (do governo) no início da década de 1940.

Em segundo lugar, o faço para discutir o programa de reflorestamento promovido pelo INP na região, através da observação da influência dos ideais de racionalização que basearam sua implementação, bem como a influência das transformações ambientais causadas pela devastação na efetivação do programa, buscando compreender de que forma se consolida a noção de “reflorestamento” baseada do plantio de monocultivos de espécies exóticas.

3. O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO DA FLORESTA.

Neste capítulo discuto o início da exploração madeireira na região dos Campos De Cima Da Serra no Rio Grande do Sul; as primeiras regulações do Estado sobre as florestas no contexto de modernização na Primeira República, e os debates sobre a conservação das florestas, para compreensão do contexto de aprovação da primeira legislação florestal no país.

3.1 Inícios da exploração madeireira na região dos Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul.

A região dos Campos de Cima da Serra era ocupada há cerca de três mil anos por populações indígenas, notadamente da etnia Kaingang. Segundo a bibliografia pesquisada, pesquisas arqueológicas feitas na região de Vacaria “indicam a presença desta etnia entre o século V e o século XV, não somente em zonas de mata, mas também de Campos.”. Afirmam que “a relação entre o Campo e a Floresta influenciou sua mitologia e cosmogonia” assim como influenciou a ocupação do espaço posteriormente pelos colonizadores.²⁴

A partir do século XVII a região passa a ser ocupada quando os Jesuítas fundam a Vacaria dos Pinhais, para criação de gado. Os caminhos já traçados pelos indígenas passam a ser utilizados “pelos Jesuítas, bandeirantes e tropeiros com o objetivo de conquistar e explorar a região” e em 1727 são abertos “os primeiros caminhos oficiais, cabendo a Souza Faria o caminho de São Paulo ao Rio Grande do Sul”. Os tropeiros

²⁴ NODARI, Eunice; ROSSI, Esther. Campos da Vacaria dos Pinhais: Migrações, Indústria madeireira e meio ambiente. IN: História Ambiental no Rio Grande do Sul. As autoras utilizam informações arqueológicas baseadas no trabalho de Bringmann, citado à página 122.

comercializavam muares que serviam de transporte na atividade mineradora na região das Minas Gerais.²⁵

Representando, portanto, uma importante ligação entre a região sul e o sudeste brasileiro, através dos caminhos utilizados pelos tropeiros que levavam gado da região para comercializá-los no “centro” do país.²⁶ Estabelecem-se gradualmente grandes propriedades baseadas na pecuária extensiva, cuja oficialização se dá pela concessão de sesmarias.

Segundo a pesquisa de Paulo Afonso Zarth, citada no texto de Nodari e Rossi, no início do século XIX “as áreas pastoris estavam praticamente todas ocupadas por grandes estâncias com pouca densidade demográfica” e que nesse momento “se solidificaram as grandes propriedades rurais e também os primitivos camponeses sem terra, apesar da grande quantidade de hectares lavráveis da região. Um dos diferenciais dos Campos de Cima da Serra para o restante do planalto era o maior acesso aos centros de poder e de comércio, a maior parte do estado do RS pertencia a Santo Antônio da Patrulha, que está no litoral e mais perto de Porto Alegre (ZARTH, 1997, p.12)”.²⁷

Desde o ponto de vista da modificação da paisagem, a pecuária extensiva que marcou a região “afeta diretamente a vegetação através da remoção da biomassa e pisoteio que controlam o avanço de certas espécies vegetais, como a Floresta com Araucárias, cujos indivíduos jovens são incapazes de rebrotar.” (FORTKAMP, 2009, p.7).

Também significou a expulsão e extermínio das populações indígenas bem como das possibilidades de reproduzir seus modos de vida, visto o cerceamento das áreas e a inserção do modelo de *propriedade* para mediar as relações com o ambiente. É no final do século XIX que se observa o início do deslocamento do modelo predominantemente pecuarista para a inserção gradativa da exploração comercial da floresta. Sobre esse processo, que tem início com a chegada de imigrantes europeus às terras de matas do Estado, me atenho na parte que segue.

A partir de 1824 tem início a vinda de imigrantes alemães para a província de São Pedro, dentro de uma política que diferia do regime latifundista característico das

²⁵ Ibidem, p. 123.

²⁶ Segundo as autoras, acredita-se que o gado vacum tenha sido introduzido na região no século XVI e, conforme registros, as cerca de 500 cabeças de gado abandonadas na região em 1632 se reproduziram intensamente, visto que em 1700 “eram contadas cerca de 400 mil cabeças” (BRANDT, 2012, p.40) citado à página 123.

²⁷ Citado em NODARI; ROSSI, 2014, p.124.

plantations do período colonial²⁸, preconizou o estabelecimento das famílias imigrantes em pequenas propriedades, com vistas a fomentar a expansão da agricultura. As primeiras famílias foram instaladas na região de florestas da Depressão Central e, posteriormente, a partir de 1875, inicia-se a colonização da região serrana do Estado, sendo a maioria dos imigrantes de origem itala.

Coube a eles a tarefa de povoar uma região de montanha coberta de mata densa, fechada e úmida, delineada no alto por centenas coníferas, entre elas majestosas araucárias, localizada no norte da província. (BUBLITZ, 2006, p.69)

A primeira constituição do regime republicano, promulgada em 1891, previa que a regulação das terras devolutas era de competência dos estados, inspirada no liberalismo que marcou muitas constituições republicanas do período. No rio grande do sul as políticas de imigração foram modificadas então no período republicano para desonerar o estado dos gastos com a instalação das famílias migrantes, vendendo as terras para colonização, visaram atender ao ideal de uso e ocupação das terras de forma *racional* para abastecer a modernização da sociedade. Como aponta João Klug,

a partir da segunda metade do século XIX, verificou-se uma junção de interesses entre o poder público e as empresas privadas. A fundação de novas colônias valorizava a terra e aumentava o controle do Estado sobre novas áreas. Terras devolutas eram transformadas em mercadoria e vendidas em pequenas parcelas, o que em algumas regiões do sul do Brasil (o oeste de Santa Catarina, por exemplo), implicou na expropriação de antigos ocupantes, como posseiros, caboclos e, sobretudo, índios, que gradativamente foram sendo confinados ou exterminados. (KLUG 2009, p. 205-206).

Na mensagem enviada pelo presidente do Estado do RS à Assembleia dos Representantes do RS no ano de 1901, justificando a venda de terras públicas, se percebe a intenção de tais políticas. Afirma que "assim, duplo fim se tem obtido:

²⁸As autoras utilizam argumentação do historiador João Klug (2009, p.207) afirmando que “a imigração para o sul do Brasil gerou um modelo de colonização bastante diferente daquele do português no antigo sistema colonial, inserindo uma nova ordem na qual as teorias raciais ganhavam espaço e consistência, colocando o regime de escravidão, no mínimo, sob um holofote interrogativo”. (NODARI; ROSSI, 2014, p.124)

aumentar a receita, *não conservando improdutivo* o capital imobiliário; acelerar o povoamento das terras, de cuja cultura novos benefícios hão de vir.”.²⁹ (grifo meu).

Segundo Vanessa Barcellos, “em 1900, pelo decreto-lei nº 313, de quatro de julho, o governo dispõe sobre o regime colonial e florestal do Estado, regularizando a conservação e exploração das matas, bem como o replantio.” (BARCELLOS, 1988, p.54).

Ironita Machado entende que “a terra não era apenas mercadoria, mas elemento fundamental à produção no processo de racionalização capitalista.” (MACHADO; FARIAS; SANTOS, 2013, p.182). Assim, é nesse contexto que “a floresta, então, passa a ser vista explicitamente pelo governo como uma reserva de recursos comercializável e potencialmente renovável.” (CABRAL; CESCO, 2010, p.8).

A partir da necessidade primeira de desbaste da floresta, “onde [os colonos] abriam clareiras para a construção de suas casas e o início de suas roças” (BARCELLOS, 1988, p.50), os usos dos elementos naturais foram se transformando acompanhando o aumento populacional e as transformações culturais, desenvolvendo as técnicas de exploração, passando do “aproveitamento e beneficiamento rústico da floresta (...) para uma indústria madeireira efetiva e consolidada”. (CABRAL E CESCO 2010, p.40), que tem início na região de Caxias do Sul,³⁰ a nas primeiras décadas do século XX se expande tendo em vista a escassez de madeira nas imediações das primeiras colônias.

Como apontam Nodari e Rossi,

o crescimento urbano que remodelou as cidades e impulsionou a demanda por novas serrarias, (...) a escassez de madeira nas colônias velhas e o declínio econômico do padrão de vida das famílias trouxe a perspectiva da ocupação de *novos espaços*. Se no começo da colonização muitas madeiras apodreciam por falta de transporte, nessa nova etapa os pinhais eram a oportunidade de crescimento econômico. (NODARI; ROSSI, 2014, p.127) (grifo meu)

²⁹ Mensagem presidencial enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, 1901, p. 32. Disponível na página do *Center of Research Libraries*, no endereço <http://ddsnext.crl.edu/titles/182>. Link também disponível na página web do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Acesso em: 01/10/2018.

³⁰ A historiadora Vanessa Barcellos desenvolve sua dissertação de mestrado sobre o início da indústria madeireira na região de Caxias do Sul a partir das políticas de modernização dos governos de Borges de Medeiros nas primeiras décadas do século XX. BARCELLOS, Vanessa M. D. *O governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na região nordeste do estado (1898-1928)* Dissertação de Mestrado em História PUCRS. Porto Alegre: 1988.

Esse movimento de migração para novas áreas de terra foi estudado desde diversas perspectivas. As autoras retomam Jean Roche (1969) que aborda a questão cunhando um termo advindo da forma de expansão característica das abelhas, a “enxamagem”, “em comparativo com os enxames de abelhas que migram em busca de lugares onde o néctar, tão precioso, é mais abundante.” (NODARI; ROSSI, 2014, p.125). Segundo as autoras, portanto, “a expansão da indústria madeireira pode ser enumerada como uma das consequências da ‘enxamagem’, sendo que um dos principais incentivos à ocupação eram as matas”, devido à fertilidade a elas atribuída. (NODARI; ROSSI, 2014, p. 126-127).³¹.

A migração também ocorreu para os Campos de Cima da Serra, “apesar de não tão intensamente como nas colônias serranas.” (NODARI; ROSSI, 2014, p.124). Ainda segundo as autoras, nesse processo de expansão das atividades madeireiras oriundas das primeiras colônias, muitos migrantes “advindos das pequenas propriedades chegavam para trabalhar nas serrarias, madeireiras e nos moinhos” que se instalavam na região. (NODARI; ROSSI, 2014, p.124).

Esse movimento foi incentivado também pela abertura de estradas que visavam o melhor escoamento das produções das colônias. Em 1905 o presidente do estado, Borges de Medeiros, afirma que “se a viação férrea é fator indiscutível de progresso, não menos necessárias são as estradas de rodagem quando se destinam a ligar zonas produtoras às estações das vias-férreas e aos portos fluviais.”. Assim, informa que “foram convenientemente reparadas as estradas de Taquara a São Francisco” e que estariam “em construção e reconstrução as estradas (...) entre os municípios de São Francisco de Cima da Serra e Caxias (...)”³², portanto, as principais rotas de comunicação entre a região dos Campos de Cima da Serra com a capital e com Caxias do Sul, o mais importante centro industrial da época no estado.

Conforme se lê no Plano Ambiental Municipal de São Francisco de Paula (2008), é “a partir de 1915 [que] tiveram início as atividades das primeiras serrarias instaladas no município, pois até então, a madeira utilizada na região era serrada à mão.” (p. 42-43). A partir da década de 1930 inserem-se na região os primeiros

³¹ Não obstante, entendem que “a comunidade das abelhas que age com homogeneidade é então o parâmetro para a comunidade colonial, e essa aproximação com a ecologia de uma espécie diferente suscita inúmeras questões. Os novos estudos sobre imigração, migração e meio ambiente atentam para o fato de que os processos são dinâmicos e de forma nenhuma homogêneos.” (NODARI; ROSSI, 2014, p. 125)

³² Mensagem presidencial enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, 1905, p. 17.

caminhões para o transporte da madeira, sendo que até então o mesmo se fazia através dos comboios de carretas. (MESSIAS; BRISTOT, 1998, p.71)

Segundo a historiografia, a política liberal dos primeiros governos republicanos ofereceram as condições para que os madeireiros fossem acumulando capitais e desenvolvendo as técnicas de exploração. (CARVALHO, NODARI, 2010, p. 721).

A partir da década de 1910, industriais ligados diretamente à exploração madeireira passam a se organizar para obter maior apoio e melhorias estruturais no escoamento da produção, além da redução das taxas do transporte pela via férrea. (...) À medida que se intensifica a exportação de madeira, a questão do desmatamento vem à tona. Leis e decretos são instaurados para regularizar o corte, transporte, exportação e reflorestamento no Rio Grande do Sul, fato que se reproduz em todos os estados com uma indústria madeireira representativa. (CABRAL; CESCO, 2008, p.9).

3.2 Modernização e exploração racional dos recursos na Primeira República.

A devastação das florestas nativas pela exploração comercial da madeira fez emergir preocupações em relação à conservação dos recursos. Nas primeiras décadas do século XX, o ideal republicano de modernização da sociedade para alcançar a ordem definitiva, passava pela ideia do uso racional da natureza. A exploração racional das florestas era, assim, considerada como maneira de promover a conservação.

Apesar de que as regulações feitas pelo Estado não tenham surtido efeito para impedir a devastação das matas, permitem avaliar o modo com que buscou apropriar-se dos elementos naturais.

O então presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, manifesta em 1904 que

Apesar das disposições reguladoras do domínio florestal e das recomendações incessantes às intendências municipais no sentido da proibição do corte de madeiras nas margens dos rios navegáveis, dentro da faixa considerada de servidão pública, e bem assim do

lançamento de um imposto proibitivo sobre a lenha fornecida às estradas de ferro, *continua a devastação das matas com prejuízo crescente do regime de águas, da climatologia e da agricultura.*³³ (grifo meu).

Ainda na mesma mensagem o presidente do estado afirma que “as indústrias agrícola e pastoril carecem de aperfeiçoamento” e que este dependeria “menos da ação oficial do que do esforço individual.” Apontando o exemplo dos Estados Unidos, conclui que “a iniciativa privada, quando revigorada sob a forma social, é o melhor propulsor de todo o progresso.” (Mensagem presidencial, 1904, p.30).

Analisando as mensagens presidenciais enviadas anualmente a Assembleia dos Representantes do RS, se nota que a primeira sessão que contém o termo “florestas” no título (“Terras, colonização, índios, florestas”), data de 1911, em que o então presidente Júlio de Castilhos afirma que:

Nas colônias do Estado, os lotes são concedidos com a formal obrigação de conservar uma reserva florestal, chamada protetora. Medida simples, de fiscalização fácil, tem dado resultados além da expectativa, despertando a atenção do colono para o valor da mata, que ele começa a apreciar devidamente. (Mensagem presidencial, 1911, p.30)³⁴.

Apreende-se do excerto que se sugere um valor para as matas que os colonos “começam a apreciar devidamente”, ou seja, *ainda* não lhes é característico, como se a terra e humanos antes ali existentes tivessem pouco ou nenhum valor (CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, Carvalho aponta, estudando o caso do Paraná, que

A colonização racional seria capaz de produzir a ‘valorização da terra e do homem’. O que pressupõe que os seres humanos e as terras que lá existiam antes, pouco ou nada valiam. A colonização racional aparece como a ordem que se opõe ao caos, logo, como algo desejável uma vez que seu oposto é o *caos*. Silencia, portanto, sobre outros projetos e outros agentes, que são representados como passivos ou carentes.

³³ Mensagem enviada pelo presidente do RS à Assembleia dos Representantes do Estado, em 1904, p. 27.

³⁴ É interessante observar que, no ano seguinte, a mensagem enviada pelo presidente dá a entender que o processo de convencimento que ele sugere na mensagem supracitada já foi efetivado. Afirma, apontando o suposto sucesso da política, que: “O agricultor patricio *convenceu-se* de que não era bastante ser vigoroso e ter disposição para o labor quotidiano; era preciso mais, aproveitar o engenho humano para a cultura racional e extensiva de suas terras. Procurou munir-se das mais modernas machinas agrarias, cujo uso, em pouco tempo, se lhe tornou familiar.” (1905, p.61) (grifo meu).

Compreender esta ‘desvalorização’ de certos seres humanos e da floresta/sertão é tão importante quanto entender o que era este ‘homem novo’, valorizado, que se buscava produzir. (CARVALHO, 2008, p.54-55)

Também o trabalho de Múcio Tosta Gonçalves, analisando o contexto de Minas Gerais já na metade do século XX, demonstra a permanência da ideia de que os problemas de devastação eram causados pela agricultura “nômade” e havia uma ligação entre [o ataque a] essa prática, a “política de titulação de terras, perpassada por uma apologia do progresso.” (GONÇALVES, 2006, p.2).

Outro trecho da supracitada mensagem do presidente do Rio Grande do Sul no ano de 1911, Júlio de Castilhos, à AL-RS, permite observar a intenção para com os “intrusos” de “fixa-los à terra”:

Aos nacionais que solicitam e àqueles que se encontram indevidamente ocupando terras devolutas (intrusos), tem o Estado proporcionado favores idênticos aos prestados aos imigrantes estrangeiros, não só no louvável propósito de os não afugentar, e antes no de *fixa-los ao solo*, como, sobretudo para *elevant-lhes o moral*, tornando-os proprietários das terras que inconscientemente devastam e as quais saberão apreciar e devidamente amar, com a posse legal e legítima.” (Mensagem presidencial, 1911, p.30) (grifos meus)

Nesse sentido, Ely Carvalho cita uma pesquisa da historiadora Stefania Barca³⁵ em que entende que a “consciência ambiental moderna ocidental (...) está fundada sobre a ideia (em geral equivocada) de que a crise ambiental era causada pelas comunidades tradicionais enquanto incapazes de uma gestão racional e moderna da natureza.”. (CARVALHO, 2010, p.324).

No ano de 1913, o presidente do Rio Grande do Sul afirma que a elaboração de um regimento florestal, “não só para zelar a conservação das matas, mas ao mesmo tempo sistematizar a sua exploração racional” (p.44), estaria sendo preparada de acordo com uma série de instruções, conforme se lê:

I – Aproveitamento da riqueza florestal, que atualmente representa um *capital morto* e sujeito mesmo a ser parcialmente destruído, sem um serviço metódico de colonização.

³⁵ BARCA, Stefania. Natureza, política e ‘desordem das águas’: teorias da vulnerabilidade ambiental na Europa mediterrânea Séc. XVIII e XIX. IN: Migrações e Natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013.

II – *Melhoramento* das florestas, pois a sua exploração ordenada, em vez de reduzi-las, permite, pela retirada das árvores adultas, a entrada de luz e de ar indispensáveis ao desenvolvimento das que se acham no período de crescimento. O primeiro corte nas florestas espessas, como são as matas do Estado, é mesmo de um grande benefício, libertando-as das árvores mortas e parasitas e do excesso de vegetação.

III – Defesa das florestas mediante a presença de guardas e aplicação de penalidades contra os *intrusos* [grifo no original], que são os seus maiores inimigos. Ao mesmo tempo isso permitirá a gradual regularização dos hábitos dessa população, fixando cada intruso em um pequeno lote previamente demarcado.

IV – Desenvolvimento da ação direta da autoridade sobre regiões afastadas.

V – Estímulo ao *desenvolvimento da silvicultura* pela distribuição profusa, entre os cultivadores, de exemplares dos viveiros do Estado.

VI – Creação de receita especial para o Estado. O commercio de madeiras é hoje um dos mais lucrativos, em virtude da proximidade dos consumidores do centro e sul do Estado, bem como das vizinhas Republicas do Uruguay e Argentina, que asseguram mercado às madeiras extraídas, dadas sobretudo as facilidades de transportes.

(Mensagem presidencial, 1913, p.45-46) (grifos meus)

Do excerto pode-se apreender que o objetivo do governo ao promover a regulação do uso das florestas é o de aproveitar a riqueza delas provenientes, controlando as práticas sociais consideradas *irracionais*, ordenando, assim, os corpos humanos e não-humanos, tornando-os *produtivos*. Chamo a atenção aqui o objetivo manifesto na regulação de “melhoramento” das florestas, visto que será pretendido pelas políticas florestais brasileiras durante o século XX. A fonte permite observar que nesse contexto, o melhoramento da floresta está pensado no sentido de melhorar as condições da mata nativa para sua exploração econômica. Nesse contexto, há um aumento na preocupação – nos âmbitos da elite brasileira – com a devastação que se intensificava.

3.3 Os debates sobre conservação da natureza no Brasil e o Primeiro Código

Florestal

Diogo Cabral, em seu artigo intitulado “O que é uma floresta?”³⁶ se apoia na interpretação de Hayles, entendendo que:

o objetivismo científico nascido no século XVII, ao hiper separar sujeito e objeto, ajudou a construir a crença de que os humanos podiam agir sobre o mundo sem serem, eles mesmos, objetos da ação. Florestas podem ser cortadas sem afetar os cortadores, rios poluídos sem envenenar aqueles que os poluem, cloro-hidrato-carbonetos emitidos sem afetar os emissores (HAYLES, 1995, p.56).

Nesse sentido, Franco aponta que, segundo as pesquisas de Pádua, “(...) foram os intelectuais racionalistas, influenciados pela herança do Iluminismo, que se destacaram na elaboração de uma crítica ambiental brasileira, não por manifestarem um especial interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas, sim, pelo seu valor político e instrumental para o progresso. (FRANCO, 2003, p.391)³⁷. Contudo, ainda segundo o autor, o trabalho de Pádua permite discutir que

O surgimento de uma percepção da problemática ambiental não está relacionada apenas com as grandes transformações urbano-industriais ocorridas a partir do final do século XVIII na Europa, mas também com uma série de outros processos históricos que, em parte, lhe são anteriores. Entre esses estão destacados o processo de expansão colonial europeia e a *consolidação da ciência como modo privilegiado de entendimento do mundo*. (FRANCO, 2003, p.391) (grifo meu)

A historiografia aponta que os debates que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa entre as ideias *conservacionistas* e *preservacionistas* influenciaram na construção dos debates sobre proteção à natureza no Brasil e, também, sobre o uso das florestas. Segundo Franco e Drummond, as ideias conservacionistas “expressavam, sobretudo, uma preocupação com a utilização racional dos recursos naturais”, enquanto

³⁶ CABRAL, Diogo Carvalho. *O que é uma floresta? Natureza, materialismo e dialética socio-natural*. ANPUH, 2011, p. 4.

³⁷ FRANCO, José Luiz de Andrade. *História Ambiental e seus clássicos*. Revista Sociedade e Estado. Brasília, vol.18, n1/2, p.389-394. Resenha de PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. A pesquisa de Pádua trata-se de uma análise baseada em 150 textos, de cerca de 50 autores diferentes, que escreveram entre os séculos XVIII e XIX.

a argumentação preservacionista se baseava “nos conceitos de fruição estética e transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem” (DRUMMOND; FRANCO, 2012, p. 344).

Não obstante, entendem que a apropriação desse debate no Brasil deve ser analisado tendo em vista o contexto político do período, de maneira que

Enquanto nos Estados Unidos essas perspectivas [os argumentos utilitários e os de ordem estética] se opunham, gerando tensões entre órgãos de governo e entre correntes de pensamento, no Brasil elas eram parte de um projeto maior que vinculava a natureza à construção da nacionalidade. (DRUMMOND; FRANCO, 2012, p.346).

Múcio Gonçalves analisa as preocupações conservacionistas da seguinte maneira, citando José Augusto Pádua (1987):

A análise desses autores [conservacionistas] partiu da observação que o tipo de desenvolvimento praticado em solo brasileiro, desde a colonização, era portador de uma elevada irracionalidade técnica. Aliando a isso a existência de uma crescente demanda por insumos energéticos de origem vegetal, eles concluíram que a devastação das florestas era inerente ao processo particular de crescimento implementado no país. Diante desse quadro, a sua preocupação foi com a *construção de um projeto nacional baseado num maior grau de racionalidade da relação homem-natureza*. O que defendiam era um estilo de crescimento baseado na urbanização e na industrialização, únicos antídotos ao latifúndio improdutivo, ao nomadismo da pequena produção, à estreiteza de visão de longo prazo do empresário nacional e à especialização produtiva da elite econômica de base agrária. (GONÇALVES, 2006, p.3) (grifos meus)

Visto isso, entende-se conforme resumem Drummond e Franco que

No Brasil dos anos 1920-1940, portanto, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando o entendimento de que a natureza deveria ser protegida, tanto como conjunto de recursos produtivos a serem explorados racionalmente no interesse das gerações presente e futuras, quanto como diversidade biológica a ser objeto de pesquisa científica e contemplação estética. (DRUMMOND; FRANCO, 2012, p.346)

Parte importante desse projeto era o fomento da silvicultura no país, buscando, assim, por meio da ciência, o “melhoramento” das florestas no sentido de torná-las produtivas. Célia Dias, engenheira florestal e doutora em Geografia, em uma de suas análises sobre as políticas florestais brasileiras³⁸, discorre na primeira parte do trabalho sobre o período entre o fim do século XIX e a década de 1960 do século XX. A partir de fontes oficiais e produções intelectuais-científicas de três atores-autores relacionados à modernização da agricultura, especialmente ao desenvolvimento da silvicultura no país, a autora entende que o debate sobre a implantação de um Código Florestal (que emerge como questão a partir também das preocupações sobre a conservação da natureza) vai se desenvolver, principalmente, sobre a questão da propriedade. Ela identifica uma tensão entre dois grupos que ela define como agrônomos silvicultores produtivistas e os agrônomos silvicultores conservacionistas. (DIAS, 2009, p.362) Segundo a autora,

Os conservacionistas, neste caso, estão filiados a tradição alemã de manejo florestal, que seria para eles o uso de um recurso de forma *racional*, no qual podemos enquadrar Paulo Ferreira Souza e outros autores defensores do Código Florestal neste período. Já as ideias de Edmundo Navarro estão ancoradas na visão liberal sobre a propriedade privada das matas. Crítico da interferência do Estado na regulação de uso dos recursos naturais, na sua visão os proprietários tinham o direito de fazer o uso que desejassem dos recursos naturais, incluindo-se as matas. (DIAS, 2009, p.362) (grifo meu)

Segundo Drummond e Franco, sua posição mais identificada com o pensamento liberal no que se referia à regulação do Estado sobre a questão florestal, identificadas com o Partido Republicano Paulista, foi o que fez com que Edmundo Navarro de Andrade tivesse suas propostas “mais bem aceitas na elite paulista.” (DRUMMOND, FRANCO, 2012, p.338) Sua atuação na pesquisa em silvicultura no estado de São Paulo proporcionou as condições tecnológicas para a consolidação dos princípios científicos no manejo florestal, tornando-se internacionalmente reconhecido pelos reflorestamentos com espécies exóticas, especialmente eucaliptos (DRUMMOND, FRANCO, 2012, p.338). Além disso, Edmundo Navarro de Andrade é um dos signatários do primeiro Código Florestal, evidenciando que, apesar de sua visão liberal, integra-se no que Drummond apontou como o “projeto maior” de construção da nacionalidade.

³⁸ DIAS, Célia Regina da Silva. *Política Florestal: O modelo florestal e agrícola para além do debate técnico*. In: Germán Palacio Castaneda. (Org.). *Ecología Política de la Amazonia*. 1ªed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ECOFONDO, 2009, p. 357-403.

Conclui, assim, a autora Célia Dias que

a silvicultura do século xx, atrelada ao modelo modernizante da agricultura, passa a ser sinónimo de monocultivos florestais; e um de seus ideais originais presentes nos debates do século XIX - a recomposição das matas nativas -, desaparece, ou quase não é lembrado. (DIAS, 2009, p.364)³⁹

Na década de 1930, a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao governo, ocorrem algumas mudanças da atuação do Estado sobre os elementos naturais. Buscando promover o projeto nacionalista de desenvolvimento ao mesmo tempo que efetivava o maior controle do Estado, o governo federal passa a ser responsável pelas regulações sobre o uso das florestas. Confrontando as práticas liberais que caracterizaram a Primeira República, passou a regular também o uso nas propriedades privadas, considerando a natureza como bem de interesse comum a toda a população.⁴⁰

Algumas das principais medidas foram as promulgações dos Códigos de Águas, de Caça e Pesca e do primeiro Código Florestal Brasileiro, instituído pelo Decreto-lei 23.793, de 23 de janeiro de 1934⁴¹. A seguir analisamos algumas questões pertinentes à construção das políticas de reflorestamento que se referem, então, à legislação vigente à época.

O Código Florestal classificou as florestas em quatro tipos. As florestas “protetoras” eram as que

por sua localização, servissem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regime das águas; b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade pública; f) proteger sítios que, por sua beleza natural, mereçam ser

³⁹ A autora se refere ao projeto de “reflorestamento” da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, realizado na segunda metade do século XIX. Ver: DIAS, Celia Regina da Silva. *Recompondo e Protegendo as Verdes Matas: A Floresta da Tijuca primeiro laboratório de silvicultura*. In: VII Fórum de Debates: Povos e Culturas das Américas, 2013, Rio de Janeiro. VII Fórum de Debates de Povos e culturas das Américas. cidades em debates: Economia-Meio Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: UERJ/Nucleas, 2013.

⁴⁰ Segundo Elenita Malta Pereira, “a Carta Magna de 1934 iniciou a proteção ‘oficial’ à natureza ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios a União, e não mais aos estados, como havia determinado a Constituição de 1891, o que dificultava uma política federal de proteção às florestas. Já a Constituição de 1937 avançou no sentido de considerar a natureza como patrimônio nacional.” (PEREIRA, 2013, p.64)

⁴¹ O Código de Caça e Pesca foi instituído pelo Decreto-lei nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934 e o Código de Águas, pelo Decreto-lei nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

conservados; e g) asilar espécimes raros da fauna indígena.” (Capítulo II, Artigo 3º).

As florestas “remanescentes” eram “aquelas que formam parques ou assemelhados”. O artigo sexto do Código definiu que seriam classificadas como floresta “modelo” as “artificiais, constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas e exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região”. As demais formações florestais conformavam as florestas de “rendimento”, cuja regulação permite observar os interesses da exploração “racional” das florestas.

A Seção II do Código, em que se regula a exploração das florestas de domínio público, define pelo artigo 46 que

“nos contractos de concessão pelo poder público, vigorará, ainda que não escripta, a obrigação para com os concessionarios de observarem as disposições deste codigo, especialmente as applicaveis ás florestas de rendimento, de dominio publico, e de concorrer para *repovoa-las, systematica e progressivamente, com preferencia das espécies de crescimento rapido* e de valor industrial reconhecido.” (grifo meu)

Na Seção III, em que se regula a “exploração intensiva” das florestas, o decreto prevê no artigo 49 que, nas florestas homogêneas – como era o caso da floresta com araucárias -, consideradas de exploração relativamente mais lucrativa, o corte raso era proibido.

Na exploração de florestas de composição homogênea, o corte das arvores far-se-ha de forma a não abrir clareiras na massa florestal”. Paragrapho unico. As arvores abatidas, salvo as que já se estiverem renovando por brotação, serão substituidas por mudas da mesma especie ou por outra essencia florestal julgada preferivel, devidamente seleccionadas, sempre com o espaçamento que a technica exige.” (Artigo 49º).

Busca-se *manter* a característica de homogeneidade nas florestas assim classificadas, através do plantio ordenado – “sempre com o espaçamento que a técnica exige”. Não obstante, nota-se que permite a substituição da mata derrubada por “outra essência florestal julgada preferível”.

À exceção dos pinheirais, as florestas de rendimento eram, “na maioria, heterogêneas” e, “como se reconhecia que a exploração da madeira dessas áreas era

relativamente pouco rentável, permitia-se o corte raso de até 75% delas, tendo em mente a sua substituição por atividades agropecuárias.” (CARVALHO; GIUDICE; RAJÃO, 2018, p.16).

Nesse sentido, o replantio nessas florestas é regulado pelo artigo 59 onde se define que “a substituição [das árvores] poderá ser feita por espécie diferente das abatidas, visando a homogeneidade da floresta *futura* e melhoria da composição florística.” Para alcançar o objetivo pretendido, o Código Florestal permitia, no artigo 51,

aos proprietários de florestas heterogêneas, que desejarem transformá-las em homogêneas, *para maior facilidade de sua exploração industrial*, executar trabalhos de derrubada, ao mesmo tempo, de toda a vegetação que não houver de subsistir, sem a restrição do art. 23, contanto que, durante o início dos trabalhos, assignem, perante a autoridade florestal, termo de obrigação de replantio e trato cultural por prazo determinado, com as garantias necessárias. (Artigo 51º) (grifos meus).

Apreende-se do texto legal que a preocupação não era exatamente com a conservação da floresta nativa, senão com a manutenção da cobertura vegetal da propriedade. Uma cobertura vegetal que deveria ser “melhorada”, portanto. Segundo Carvalho, “a floresta melhorada era a floresta controlada e produtiva, produzida pelos conhecimentos científicos da silvicultura.” (CARVALHO; GIUDICE; RAJÃO, 2018, p.17).⁴².

No livro publicado este ano, “Breve História da Legislação Florestal Brasileira”⁴³, os autores sintetizam, com base na análise de Zélia Silva, os interesses que o Código de 1934 busca atender, em relação à conservação:

Ao analisar o debate ‘sobre o meio ambiente’ na década de 1930, Zélia L. da Silva aponta, por exemplo, que, na Constituição brasileira de 1937, a natureza é abordada ‘sob duplo enfoque: enquanto monumento e, também, a partir de dispositivos que a subordinam à ordem econômica’. Dessa forma, a conservação da natureza “evoca um passado” e, enquanto tal, se liga “ao poder de perpetuação”. Por

⁴² O historiador Ely Berço de Carvalho conclui isso em alguns trabalhos anteriores ao citado.

⁴³ CARVALHO, Ely Berço de; GIUDICE, Roberta del; RAJÃO, Raoni. Uma breve história da legislação florestal brasileira. Primeira parte (1500-1979). Disponível em: <http://www.observatorioflorestal.org.br/content/uploads/2018/06/Livro-Uma-Breve-Hist%C3%B3ria-do-C%C3%B3digo-Florestal-Parte-I-Observat%C3%B3rio-do-C%C3%B3digo-Florestal-2018.pdf> Acesso em 01/12/2018.

isso, essas leis podem ser entendidas como conservacionistas, tomando tal termo como um tipo ideal. Além disso, o Código Florestal de 1934 era parte do esforço do Estado em modernizar e buscar a ordenação territorial. Conseqüentemente, a ação de explorar a floresta, onde e de que tipo de floresta deveria existir, não poderia mais ser deixada nas mãos da iniciativa privada e, sim, deveria ser regulada pelo Estado.” (CARVALHO; GIUDICE; RAJÃO, 2018, p.15).

Diversas autoras e autores apontam, entretanto, para os limites quanto à efetividade no que tange à conservação. Mesmo prevendo a prática de reflorestamento caso de desbastasse área superior a $\frac{3}{4}$ do terreno, o Código Florestal permitia, por exemplo, a possibilidade de replantio de árvores com *qualquer espécie julgada conveniente* o que, segundo os autores consultados, não favoreceu o replantio de espécies nativas nem tampouco impediu a continuação do desmatamento. Acresce-se o fato de que a propriedade desmatada em seus $\frac{3}{4}$ permitidos por lei podia ser vendida e, a partir daí, desmatada em seus respectivos $\frac{3}{4}$. Ainda segundo os autores, “a execução e a fiscalização foram delegadas a uma série de órgãos estaduais e municipais” o que ocasionava a lentidão dos processos. (CARVALHO; NODARI; MORETTO, 2010, p.4).

Assim, grande parte da historiografia considera que as leis foram ineficazes no sentido de conservação da biodiversidade, inclusive atuando no sentido de promover o desmatamento, visto que a ideia de conservação que perpassa a legislação privilegiou as coberturas vegetais produtivas.

4. POLÍTICAS DE REFLORESTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

Analiso neste capítulo fontes publicadas entre as décadas de 1940 e 1960 para observar de que maneira foram implementadas as políticas de reflorestamento no Rio Grande do Sul, especialmente na região dos Campos de Cima da Serra. Através do diálogo com a historiografia pretende analisar, por um lado, os interesses a que atendia o Instituto Nacional do Pinho, responsável por tais projetos. Por outro, as transformações tecnológicas e de mentalidade (CARVALHO; NODARI, 2010, p.710) que orientaram as práticas do setor madeireiro e a atuação do INP no sentido de efetuar os reflorestamentos com espécies exóticas.

4.1 O Instituto Nacional do Pinho e os Parques Florestais

Como afirma o historiador Ely Carvalho, tanto a legislação de 1934 quanto a criação do INP em 1941 evidenciavam que, ao menos entre os setores madeireiro e político, já era sabido que haveria, em breve, escassez da madeira de pinho se fosse mantido o ritmo da devastação. O reflorestamento, efetuado conforme os princípios da Silvicultura, era considerado o caminho para resolver o “problema florestal” (CARVALHO, 2015, p.330).

Assim, Carvalho agrega que

(...) a estratégia do reflorestamento racional estava pautada em uma confiança na tecno-ciência que não poderia ser questionada (...) [e] não seria capaz apenas de orientar o sistema de produção, mas também disciplinar os trabalhadores, como diz o Dr. Castro Velloso: os industriais precisavam de ‘agrônomos capazes de elevar o nível intelectual do homem do campo.’” (CARVALHO, 2015, p.334).

É neste contexto que, a partir de uma proposta do setor madeireiro⁴⁴, representado especialmente pelo Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná, o governo cria pelo Decreto-lei 3.124 de 19 de junho de 1941, o Instituto Nacional do Pinho, “órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho.” (BRASIL, 1941).

No decreto que cria o Instituto, o capítulo VII se refere ao reflorestamento:

O Instituto contribuirá para o reflorestamento, com o replantio das espécies determinadas pelos técnicos do Ministério da Agricultura. Em terras adquiridas para esse fim, ou coadjuvando iniciativa particular, na forma que for estabelecida pelo regulamento. Art. 16. Os Governos estaduais auxiliarão a multiplicação de parques e poderão assumir os ônus de sua administração, mediante acordo com o Instituto. Parágrafo único. A contribuição do Instituto para o reflorestamento será proporcional à renda arrecadada em cada Estado. (Artigo 15 do Decreto-lei Nº. 3.124, de 19 de março de 1941).

Edviges Ioris, à semelhança de outras autoras e autores, entende que

o programa de reflorestamento do INP era similar ao desenvolvido por Edmundo Navarro de Andrade no Serviço Florestal da Companhia Paulista de Vias Férreas, criado em 1904. Desta forma, dando seqüência a estes experimentos iniciais, *o INP ajudava a consolidar os primeiros passos no desenvolvimento de uma silvicultura nacional, conduzida sob os princípios científicos do manejo florestal.*” (IORIS, 2008, p.296)⁴⁵ (grifos meus).

Nesse sentido, desde sua proposta de criação, o INP estava voltado para um modelo de reflorestamento que “apenas considerava o *monocultivo* de araucária, como uma lavoura agrícola moderna, sem considerar a opção de permitir a regeneração de toda a biodiversidade da floresta.” (CARVALHO; NODARI, 2010, p.723). Assim, o INP era “[...] uma instituição fundamentalmente criada para desenvolver e promover a

⁴⁴ CARVALHO; NODARI, 2010, p.723.

⁴⁵ IORIS, Edviges Marta. *Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais*. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, set.- dez. 2008. A autora aponta ainda a importância do capital privado no desenvolvimento das atividades silviculturais: “Neste sentido, seu presidente [do INP], Virgílio Guadalberto (1949, p. 13-14), atribuía aos empresários da indústria madeireira “a glória de haver proporcionado os recursos financeiros para a implantação definitiva da silvicultura pátria”. Contudo, ele igualmente reconhecia que a indústria madeireira sofria sérias dificuldades de ordem técnica, que estariam limitando a competitividade da produção e, especialmente, o seu escoamento no mercado exportador. (IORIS, 2009, p.296)

indústria madeireira, pois o reflorestamento e a educação florestal visavam a própria perpetuação e crescimento econômico do setor” (CARVALHO, 2010, p.177).

Conforme se lê na Resolução nº13 de 1944, publicada no Diário Oficial da União, a Divisão de Economia Florestal do INP deveria “receber ou adquirir de órgãos públicos ou de particulares áreas de terra para reflorestamento, para a criação de florestas artificiais a serem exploradas pelo Instituto com o propósito de manter o suprimento de madeira para o comércio e a indústria.” (Diário Oficial da União, 04/04/1944) ⁴⁶.

A partir desse programa criaram-se onze Parques Florestais na região de ocorrência endêmica da Floresta Ombrófila Mista, três deles no Rio Grande do Sul. O primeiro parque foi fundado em 1945 no município de São Francisco de Paula, na região dos Campos de Cima da Serra, nordeste do estado. Possuía uma área de 882 hectares que abrangiam um considerável remanescente de florestas nativas, apesar da devastação galopante.

A partir de 1948, o Instituto Nacional do Pinho passa a publicar o *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*⁴⁷, que reunia uma variedade de textos científicos e políticos sobre a ampla questão florestal no Brasil e no mundo. Serviu como instrumento de divulgação dos estudos que vinham sendo realizados desde a iniciativa do próprio INP (nos Parques Florestais, principalmente), bem como de particulares, sobre o cultivo de árvores.

Apesar de que não tenha sido possível, pelos limites deste trabalho, uma análise aprofundada da totalidade dos volumes da publicação, os textos selecionados – conforme permitiam inferir acerca da região dos Campos de Cima da Serra/RS – ajudam a observar de que maneira o governo promoveu e divulgou as iniciativas de reflorestamento.

No ano de 1948, naturalistas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram convidados pela Divisão de Técnica Florestal do INP para visitar a região, especialmente os Parques Florestais, numa excursão que visava coleta de material para

⁴⁶ Citado em: SÁ, Débora Nunes de. *Uma história ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo*. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, 2017.

⁴⁷ A fonte foi consultada na Coleção de Periódicos da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre. O volume 17, correspondente ao ano de 1964, não se encontra disponível na referida coleção.

análise. No texto que publicam no Anuário, é possível identificar que para o autor o estudo das formas consideradas ideais para a sucessão dos ambientes devastados deveria pautar-se pelos preceitos científicos silviculturais.

(...) uma vez garantida a posse das informações que esses estudos fornecem, poder-se-ia inverter a situação: iríamos levar a *Araucaria Angustifolia* a todos os pontos em que ela pode viver. *E, do mesmo modo que afirmamos serem imprevisíveis as consequências sociais da devastação, dificilmente poder-se-á avaliar o efeito que essa mudança de “facies” biológico pode acarretar para as regiões afetadas.* (INP, 1948, p.227) (grifos meus).

Percebe-se que admitem a impossibilidade de avaliar previamente os impactos que acarretaria a devastação em termos sociais, tanto quanto a pretendida expansão da Araucária. Não obstante, é o conhecimento científico aprofundado das florestas primitivas que permitiria solucionar quaisquer problemas advindos do processo de exploração. Adiante no texto, perguntam os autores: “Como devemos agir para passar da situação atual para a que desejamos estabelecer?”. Ao que respondem:

É óbvio que o objetivo é criar uma sucessão ecológica o mais abreviada possível, conduzindo a um clímax útil. Para isso *não basta suprimir os fatores inibidores da reconstituição natural; é necessário interferir ativamente, modificando o meio com nosso trabalho. E a doutrina desse trabalho resulta do conhecimento dos fins e dos meios que o regem.* (INP, 1948, p.228) (grifos meus)

O texto finaliza sugerindo um “plano geral de estudos que pode ser prontamente iniciado”, efetuando a “localização dos pinhais primitivos”; o “estudo bio-ecológico desses pinhais” e das “áreas devastadas”; para a “elaboração e controle experimental de uma doutrina de reflorestamento para essas áreas.”. E concluem dizendo esperar que

(...) o Instituto Nacional do Pinho, compreendendo que a Técnica, na consagrada expressão de Pasteur, é um fruto produzido pela árvore da Ciência, prossiga sem demora na execução desses trabalhos! (INP, 1948, p. 228)

4.2 O “melhoramento” da floresta: entre a devastação da floresta nativa e o plantio de monocultivos de exóticas.

Em 1948 o Brasil sediou a Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, realizada na cidade de Teresópolis no Rio de Janeiro. Como lê-se em uma matéria publicada no jornal Diário da Noite, da cidade do Rio de Janeiro, um dos objetivos principais da conferência era aumentar a exploração madeireira na América Latina a fim de possibilitar a reconstrução dos países europeus arrasados pela Segunda Guerra Mundial. A “necessidade” se impunha pela impossibilidade de que a demanda de madeira fosse atendida pelos principais países europeus produtores, não havendo “outra solução senão apelar para os recursos madeireiros dos países latino-americanos, que ainda dispõem de grande reserva florestal. Daí a realização no Brasil da Primeira Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais.” (Diário da Noite, 05/04/1948, p. 2).

Assim, ao serem exploradas, as florestas contribuiriam para a reconstrução dos estados europeus, sob o argumento de que isso promoveria, nos países latino-americanos, “não só uma vantagem para os seus erários, mas, também, exportações. Tem assim, esses países uma oportunidade excepcional para explorarem os recursos que foram dotados pela natureza.”⁴⁸.

Nesse contexto, não apenas as exportações de madeira aumentavam, como também a elaboração de novos produtos a partir da madeira. A diversificação dos produtos resultantes da exploração da madeira, “inicialmente pasta mecânica, e depois compensados, celulose e papel” (CARVALHO; NODARI, 2010 p.721), passam a movimentar novas indústrias, possibilitadas também pelo aumento do número e da capacidade de carga dos caminhões. (CARVALHO; NODARI, 2010, p.722)

Um relatório elaborado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) como parte do “Estudo preliminar das possibilidades de desenvolvimento da indústria de papel e celulose na América Latina”, no capítulo que se refere ao Brasil, identifica na região sul do país algumas das condicionantes mais favoráveis à profusão das iniciativas

⁴⁸ Idem. Matéria intitulada “*América Latina contribuirá com sua madeira para reconstrução da Europa*”, publicada na data supracitada, consultada no acervo do jornal Diário da Noite que se encontra digitalizado e disponível na página de internet da Biblioteca Nacional, através do link: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Diário da Noite (RJ), 1948, Edição 04564, p.2. Acesso em 01/12/2018.

de celulose. Foi publicado pelo INP no Anuário Brasileiro de Economia Florestal em 1953. Apesar de também prospectar a importância dos plantios de eucalipto de São Paulo, o estudo observa as vantagens da exploração da madeira de araucária:

Sem embargo, como matéria prima, o pinho oferece as vantagens de produzir celulose e pasta mecânica de emprego quase universal, quer dizer aplicável à fabricação da maior parte do papel e papelão que requer o mercado, sobretudo o do papel para imprensa e do papel de embrulho “kraft”. Esta vantagem, junto ao *grande volume de madeira disponível* e à situação privilegiada das zonas importantes do pinho, com respeito às fontes de potencial de combustíveis e energia elétrica, contrastando com a deficiência de acesso, define a região do pinho como a de recursos fibrosos mais importante, a curto e longo prazo, não só do Brasil, como também da América Latina. (INP, 1953, p. 152) (grifo meu).

O relatório aponta o Paraná como o estado com melhores condições (madeira disponível *sic* e acessibilidade) para promoção de tais atividades, mas entende que no Rio Grande do Sul as “matas são de mais fácil acesso desde Porto Alegre”, o que se mostra vantajoso por ser esta, “ao mesmo tempo, um bom mercado e um porto importante.” (INP, 1953, p. 152).

Assim, observa-se na fonte que do ponto de vista da produção de celulose, as florestas nativas eram consideradas ainda abundantes, e que apesar de que reconhecesse a necessidade do reflorestamento, isso não obstaculizava o ideal do aproveitamento máximo da floresta original. Assim, entende que

Um fator adicional, que contribui para estabelecer a necessidade de promover imediatamente projetos para aumentar o aproveitamento do pinho brasileiro é a urgência de proteger as matas existentes contra uma exploração irracional. Já se sabe por experiência que o estabelecimento de grandes fábricas, como as que requer o emprego da araucária, em regiões de acesso difícil, é uma garantia de perpetuação dos recursos, já que por seu próprio interesse, as grandes empresas se preocupam em promover o reflorestamento à medida que vão utilizando as matas naturais. (INP, 1953, p. 152)

Tendo isso em vista pode-se inferir que a preocupação se construía sobre a conservação das condições de manutenção das atividades do setor madeireiro-industrial a longo prazo, e não necessariamente através da floresta nativa, senão da floresta que

oferecesse as condições ideais para sua exploração comercial. Nesse sentido, o relatório considera “a zona que mais parece interessante para a localização de indústria de papel é a da parte oriental do altiplano, formada pelos municípios de Vacaria, Lagoa Vermelha, Aparados da Serra, Nova Prata e São Francisco de Paula.” E, em nota, aponta ainda que “no município de São Francisco de Paula [existiam] já três fábricas, que produzem anualmente um total de 6 mil toneladas de celulose e 350 toneladas de pasta mecânica.” (INP, 1953, p. 165)

Apesar de que não foi possível neste trabalho ater-me mais profundamente a análise histórica da atuação das empresas, contextualizar a instalação dessas iniciativas auxilia a evidenciar as mudanças que ocorrem no processo de exploração das matas de araucária.

Visto que a devastação das florestas aumentava e, com ela, os debates na sociedade sobre a questão florestal, as políticas do INP foram alvo de muitas críticas ao longo de sua existência, oriundas de diversos setores da sociedade. O deputado Helmuth Closs, em parecer sobre projeto de lei que visava instituir a Campanha Estadual de Reflorestamento (PL 174/1951 proposto por Adail Moraes)⁴⁹, indefere o referido projeto por inconstitucionalidade, visto que, segundo ele, as propostas contidas para efetuar o reflorestamento já estavam previstas em legislação e sob jurisdição da União, de responsabilidade do Instituto Nacional do Pinho. Não obstante, apesar de não considerar o projeto de lei pertinente, considera necessário revisar as práticas de reflorestamento do INP:

Não é preciso dizer o que tem sido esta “vasta” obra da autarquia em nosso Estado após dez longos anos de atividade. Ao todo existem três hortos em nosso Estado os quais, tanto pela área que ocupam como pelo que neles tem sido feito, não podem, seriamente, serem tomados como reflorestamento. Contudo, as verbas ali consumidas anualmente são preciosas. (Parecer da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa sobre o PL 174/1951, apresentado em 1952).

Alguns historiadores analisaram os discursos proferidos e trabalhos apresentados no primeiro Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Curitiba, no Paraná, em 1953. Considerando que as preocupações gerais no evento se referiram ao “uso utilitário das

⁴⁹ O Projeto de Lei e os pareceres sobre o mesmo foram consultados no Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

florestas” (SÁ, 2016 p.8), salientam as opiniões de Pedro da Costa Muniz, então chefe da Divisão Florestal do Estado do Paraná. Ele considerava a ação do INP de criar parques florestais como ineficaz e de alto custo financeiro, afirmando, segundo Sá, que “o INP não poderia cuidar do reflorestamento, pois suas ações visavam beneficiar os madeireiros”. (SÁ, 2016, p.8)

Por outro lado, também se denunciava desde distintos setores a ineficácia da fiscalização do Código Florestal, de responsabilidade do Serviço Florestal, subordinado ao Ministério da Agricultura, com superintendências nos Estados.⁵⁰

Nesse sentido, para o caso do Rio Grande do Sul, como coloca Elenita Malta Pereira, em seus estudos sobre a trajetória de um ex-funcionário do Serviço Florestal supra citado, Henrique Roessler, aponta para diversos fatores que influenciaram na ineficácia da estrutura colocada para fiscalização do cumprimento do Código. Uma das principais considerações é o fato de que parte dos cargos públicos destinados a promover a fiscalização do Código eram exercidos de forma voluntária. Além disso,

A falta de padronização até mesmo nos formulários utilizados pelos Delegados Florestais demonstra a precariedade dos serviços. Como não recebiam remuneração, eles tinham que cobrar por vistorias nas propriedades, taxas para autorizar o desmatamento, entre outros “emolumentos”, para sobreviver. A situação insegura enfrentada pelos fiscais dificultava o cumprimento de sua função principal, que era a proteção das florestas e dos animais em geral. (PEREIRA, 2011, p.14)

Isso já havia sido apontado, de forma geral, por Warren Dean em 1996, que entendeu que “o principal defeito do código, de fato, era que ele nunca havia sido cumprido: nunca foram alocados fundos suficientes e, por muitos anos, sua aplicação era fiscalizada por voluntários, muitos dos quais em busca de propinas.” (DEAN, 1996. p. 303).

Segundo Pereira, “depois de 12 anos da sua criação, tentando reverter os fracassos do Serviço Florestal” (PEREIRA, 2013, p. 78), o governo aprova novo regimento para o mesmo através do Decreto nº 29.093, de 8 de Janeiro de 1951, operando a modernização de sua atuação, passando entre outras mudanças, a exigir formação científica para os cargos públicos do órgão, como se lê:

⁵⁰ Serviço Florestal do Brasil, criado pelo Decreto nº 982 no ano de 1938.

Art. 1º O Serviço Florestal (S.F.), do Ministério da Agricultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por fim resolver os problemas referentes à silvicultura, mediante a prática de experimentos científicos e a divulgação de seus resultados, proteger as florestas e aplicar o Código Florestal, estudar os meios de conservação do solo, e de defesa dos mananciais, as condições em que será profícua a criação de florestas e parques nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas, cabendo-lhe, ainda, o estudo botânico e tecnológico das essências florestais, o aperfeiçoamento e a divulgação dos processos industriais relativos ao melhor beneficiamento de produtos e subprodutos das florestas e *ao aproveitamento das possibilidades econômicas da floresta nativa do país.* (BRASIL, Decreto nº 29.093 de 8 de janeiro de 1951) (grifos meus)

Em 1953, Walter Saur, agrônomo, Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura publica um texto intitulado “Formas de Exploração Racional das Florestas”. Nele é possível identificar uma síntese da noção de “melhoramento” das florestas, visto que tinha como objetivo apresentar “os processos de determinar os cortes de uma maneira racional, visando combinar os aspectos técnicos com os de renda máxima, em busca da “normalidade florestal” que representa a base ou ideal da exploração racional.” (INP, 1953, p. 181) Os conhecimentos da silvicultura são, então, o caminho para controlar e “corrigir” as práticas para obtenção de uma floresta “ideal”:

“A boa técnica silvicultural cabe corrigir através dos anos da exploração racional, essas desigualdades, em busca do “ideal florestal”, que consiste na obtenção de uma “floresta normal”, capaz de produzir permanentemente, em base econômica, cortes periódicos, apresentando características silviculturais apreciáveis.” (INP, 1953, p. 181)

Nesse contexto, o Instituto Nacional do Pinho inicia um processo de modernização dos parques visando o melhor aproveitamento dos recursos investindo no aperfeiçoamento técnico das práticas.

“com a mecanização dos trabalhos, procurou o INP atingir uma nova meta, já agora com novos conhecimentos, pela própria experiência obtida e com possibilidades de levar a efeito, tecnicamente e de maneira mais econômica, não só o preparo dos terrenos como os tratos

culturais.” (Relatório da Divisão de Florestamento e Reflorestamento do INP apresentado em 1961. Citado por SAUR em INP, 1963, p.9)

Segundo o autor do texto, isso se executou de tal maneira que “sedimentando inegáveis progressos no plantio da Araucária, malgrado as perdas iniciais, notadamente por incêndios e pragas, pôde o Instituto dedicar-se ao cultivo de outras essências (...).” (INP, 1963, p.9).

Os plantios de espécies exóticas já vinham sendo efetuados desde a criação dos primeiros parques, com destaque para os plantios das espécies de Pinus a partir de 1949 no Parque de Itanguá em São Paulo. Não obstante a principal espécie plantada era a Araucária. Até o ano de 1954 haviam sido plantados 4.744,5 hectares com araucária (INP, 1954, p.343).

Entretanto, nesse momento já considera a presidência do INP que

“O cultivo de essências exóticas, de mais rápido crescimento e maior produção de material lenhoso, está impondo uma revisão em nossos métodos de trabalho nesse setor, a fim de entrarmos numa fase decisiva de racionalização.” (INP, 1953, p.247).

Diversos relatórios foram publicados pelo INP, evidenciando através das pesquisas científicas alguns dos aspectos que influenciaram no processo de implantação massiva dos plantios de Pinus a partir do fim da década de 1960, especialmente na região dos Campos de Cima da Serra.

O Relatório de R. L. Rogers, encomendado por convênio entre o governo brasileiro e a FAO⁵¹, aponta alguns fatores que vinham impedindo o êxito dos plantios de araucária na região, notadamente no Parque Florestal de São Francisco de Paula:

“O solo pedregoso e a topografia do Parque tornam impossível o uso de máquinas. Até 1950 foram plantados cerca de 360 hectares. Será necessário, todavia, um replantio importante, para trazer ao normal o número de árvores, sendo essencial uma sobrevivência muito melhor da que foi obtida até hoje. As falhas são atribuídas a plantio tardio, sementes inferiores, carência de tratamentos culturais e outras causas cuja exatidão é impossível verificar.” (INP, 1953, p.320)

⁵¹ Acordo Suplementar nº11 entre a FAO e o Governo Brasileiro. O objetivo era “estudar as condições de vegetações da Araucaria angustifolia nos Estados do Sul do País e aconselhar e assistir ao Instituto Nacional do Pinho na organização e execução de um Programa de Pesquisa Florestal, dando especial consideração ao trato e administração das florestas de madeiras moles e à criação de novas florestas.” (INP, 1953, p.308)

Dez anos mais tarde, em 1963, o texto publicado por Beneval de Oliveira⁵², geógrafo da Divisão de Florestamento e Reflorestamento do INP, evidencia que a situação não observou grande melhoria, do ponto de vista dos objetivos de produção dos plantios. O desenvolvimento das pesquisas no período forneceu estudos mais consistentes sobre o solo nos Parques Florestais, o que levou às seguintes conclusões:

Os restantes parques florestais do INP que são os de Caçador e João Goulart em Chapecó/SC e os de Passo Fundo, Canela e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul, encontram-se situados em pleno planalto basáltico brasileiro, em altitudes que mediam de 700 a 1200 metros sobre o mar, repousando sobre uma estrutura geológica constituída de espessos derrames de lava basáltica resultante do prolongado vulcanismo triássico-jurássico a que esteve submetido grande parte centro-sul do continente sul-americano. (...) As condições específicas destas determinantes geológicas criaram, por isso mesmo, situações difíceis para os parques florestais do INP, localizados nessas áreas pedregosas. Consequentemente, o que vemos nesses parques é a desuniformidade; assim, onde há solo evoluído o plantio é bem sucedido, onde, porém, aponta o pedregal, o que se verifica é o malogro, donde o fato de se encontrarem no mesmo parque talhões bons e talhões péssimos. (INP, 1963, p.58)

Segundo o geógrafo, naquele momento a área do Parque Florestal de São Francisco de Paula, que era de 1.066 hectares, possuía 518,93 hectares de plantios de árvores, “sendo 494,60 hectares com Araucária, 15,12 ha com Pinus Elliotii e 9,21 ha com Pinus Taeda” (INP, 1963, p.71). O autor retoma relatórios de anos anteriores, onde já se lia que “São Francisco de Paula não oferece condições ideais para o plantio da Araucária, não só em função da topografia da mata como também de pedra.” (INP, 1963, p.74)

Assim, conclui que prosseguir com o plantio de Araucárias tratava-se de um “reflorestamento moroso e difícil”, para o que a solução era aproveitar-se dos benefícios das espécies exóticas, como o crescimento rápido das espécies de pinus. (INP, 1963, p.79)

As dificuldades apresentadas nos plantios de monocultivos de araucárias foram atuando na construção de novas formas de relacionar-se com o meio, em que a Araucária apresentava-se, através dos estudos científicos e dos órgãos do governo,

⁵² “O Instituto Nacional do Pinho e seus parques florestais” (INP, 1963, p.7).

como não satisfatória para efetuar o “reflorestamento” - enquanto prática pensada para prover matéria-prima para o setor madeireiro. Isso contribuiu de maneira decisiva para que os plantios de pinus se expandissem consideravelmente. Conforme apontam Carvalho e Nodari (2010), no ano de 1966, último ano de atuação do INP, foram plantadas 51 mil mudas de araucárias, 2.700 de outras espécies, e quase 1 milhão e 900 mil mudas de *Pinus Elliotii* (CARVALHO; NODARI, 2010, p.723).

Além disso, desde inícios da década de 1960, as fábricas de celulose passaram a utilizar os pinheiros de diâmetro menor que 40cm para aproveitamento na fabricação de papel. Messias e Bristot se referem a essa prática como um “desastre ecológico”, visto que “como resultado, em muitos capões e matos a araucária foi praticamente extinta.” (BRISTOT; MESSIAS, 1998, p.71).

O texto de Henrique Luís Roessler publicado no *Correio do Povo* em 25 de janeiro de 1963⁵³, intitulado “Sentença de morte aos pinheirais”, considerava - como o fez grande parte da historiografia - que essa prática era um fator agravante da já acelerada devastação das matas:

Se ainda forem implantadas fábricas de papel e celulose de fibras de pinho, então a desgraça será completada mais rapidamente, porque estas consumirão os pinheiros finos sobrados das derrubadas feitas para suprir os engenhos de serra, como aconteceu em Nova Petrópolis, Canela e São Francisco de Paula.” (ROESSLER, 1986, p.58)

Bristot e Messias apontam que a prática só deixou de ser realizada “com a proibição pelo IBAMA do corte indiscriminado de araucária e com a entrada em cena do pinus especialmente da variedade *elliottii*.” (BRISTOT; MESSIAS, 1998, p.72).

Entretanto, a entrada em cena desse novo corpo não-humano, dessa nova espécie, através do monocultivo, provocou novas transformações no ecossistema da região. Cabe destacar que no ano de 1968 instala-se a primeira empresa de “reflorestamento”, chamada Reflorestadores Unidos, que foi responsável pelos primeiros plantios de pinus em larga escala na região.⁵⁴ A partir desse período, inicia-se

⁵³ O acervo do jornal “*Correio do Povo*” para o período pesquisado está disponível para consulta no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Entretanto, pelas condições desta pesquisa, utilizei como referência o livro “*O Rio Grande do Sul e a ecologia: crônicas selecionadas de um naturalista contemporâneo*.”, publicado em 1986 pela Martins Livreiro Editora, em Porto Alegre, que reúne um conjunto selecionado de crônicas publicadas por Henrique Luís Roessler no *Correio do Povo* entre 1957 e 1963.

⁵⁴ Página web da Associação Gaúcha de Empresas Florestais – AGEFLOR. Disponível em: www.ageflor.com.br Acesso em: 01/12/2018.

um processo de modernização e desenvolvimento das indústrias, de concentração de renda e terras que possibilitou, conforme citado, com que os plantios seguissem sendo feitos mesmo com a suspensão dos incentivos fiscais do governo, que ocorreu no final da década de 1980. Também iniciam-se os “florestamentos”, plantios de árvores nas regiões de Campo nativo, ou seja, regiões em que não havia anteriormente vegetação florestal.

O Parque Florestal de São Francisco de Paula recebe a designação de Floresta Nacional (FLONA) na década de 1960, tendo sido administrada pelo Instituto Brasileiro de Economia Florestal a partir de 1967 e pelo Instituto Chico Mendes para conservação da biodiversidade atualmente, compondo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável⁵⁵. Infelizmente os limites deste trabalho não me permitiram a pesquisa nos arquivos da FLONA, o que é um trabalho de grande relevância para compreensão das dinâmicas de relação entre a sociedade e natureza que contribuíram na construção das paisagens atuais e permitem discutir os atuais desafios impostos pela degradação do ambiente natural.

⁵⁵ De acordo com as informações disponíveis no site <http://www.florestanacional.com.br/> Para uma discussão sobre as Unidades de Conservação, ver: DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José L. A; OLIVEIRA, Daniela. *Uma análise sobre a história e a situação das Unidades de Conservação no Brasil*. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral este trabalho buscou compreender o processo histórico de implementação do cultivo de árvores exóticas na região dos Campos de Cima da Serra, notadamente em São Francisco de Paula, tendo em vista que atualmente dominam extensas áreas que originalmente eram de ocorrência endêmica da Floresta com Araucárias e dos Campos de Altitude. Observando que a expansão desses plantios se deu através de políticas de governo que ficaram conhecidas como “reflorestamentos” pretendeu-se avaliar a partir das fontes oficiais, em que contexto se implementam, a que interesses atendiam.

Apesar de que a devastação viesse se intensificando desde fins do século XIX, é na década de 1930 que o Estado passa a buscar um maior controle sobre as formas de apropriação das florestas. Na década de 1940 cria o Instituto Nacional do Pinho que reuniu as atribuições de defender os interesses do setor madeireiro-industrial, assim como de promover o reflorestamento nas áreas desmatadas. Verificou-se através das fontes que a atuação do órgão se deu no sentido de promover os estudos – baseados nos princípios da silvicultura moderna – do cultivo de árvores para atender as crescentes demandas do setor madeireiro. Assim, desde o início, as práticas de “reflorestamento” do INP foram baseadas no modelo de monocultivos de árvores, inicialmente de araucária, dada sua importância econômica no período.

No mesmo período, novos produtos são elaborados a partir da madeira, como a celulose, fazendo com que as já escassas florestas nativas fossem exploradas ao máximo, aproveitando inclusive os pinheiros com diâmetro menor que 40cm (que não eram aproveitados pelas serrarias) na sua fabricação. Nesse contexto, em cinco Parques Florestais do INP deixa-se de recomendar o plantio da araucária por estarem eles sobre uma região de formação geológica basáltica, o que – segundo as pesquisas científicas – prejudicava o enraizamento ideal da Araucária. Na década de 1960 os plantios de espécies exóticas, como o *Pinus Elliotii*, passam a ser incentivados porque, a partir dos estudos feitos nos Parques Florestais do INP, entre outros centros de pesquisa, constatou-se que exigiam menos cuidados na fase de crescimento do que a Araucária, levavam menos tempo para crescer e apresentavam boa adaptação à região. Dessa forma, fica evidente que as políticas de reflorestamento estiveram voltadas, durante o

século XX, para atender os interesses dos grandes empresários – pensando do ponto de vista dos objetivos produtivistas das políticas – e passam a ser incentivados como melhor alternativa para o reflorestamento.

Buscou-se observar que apesar de terem sido consideradas ineficazes do ponto de vista da conservação da biodiversidade, as políticas de reflorestamento, da maneira como se estruturaram, atenderam aos objetivos a que se propuseram, num sentido de “melhoramento” das florestas, visto que a floresta ideada pelo INP era a floresta produtiva. O incentivo à massiva expansão dos plantios de monocultivos de espécies exóticas a partir dos anos 1970 deve ser entendido como um desdobramento das modificações no ambiente provocadas pela ação devastadora que marcou a relação entre as comunidades humanas e as florestas no Rio Grande do Sul durante o século XX. Nesse sentido, o ambiente natural – transformado pela ação humana – modifica, por sua vez, a maneira com que a sociedade representa a natureza e se apropria dela.

Assim, as ideias e práticas de conservação florestal que se constroem através das políticas de reflorestamento no período, visavam a conservação da *cobertura vegetal*, devidamente “melhorada”, de modo a atender os interesses produtivistas do desenvolvimento, o que atuou por um lado na destruição da floresta nativa e por outro na expansão dos monocultivos de espécies exóticas.

Não foi intuito esgotar as discussões a respeito, nem tampouco anacronicamente estabelecer necessariamente conexões históricas entre o momento estudado e o presente, mas sim auxiliar na compreensão da transformação dos usos e representações acerca da natureza e as temporalidades que assumem, uma vez que os desafios atuais impostos pelo aprofundamento das ações depredatórias do ambiente natural, se apresentam sob discursos de sustentabilidade. Nesse sentido, torna-se importante a análise da construção da legitimidade de práticas devastadoras através do discurso da racionalização e da ciência, algo que se evidencia como base da ação do Estado desde o século XIX.

Conclui-se que na região dos Campos de Cima da Serra a década de 1960 contextualiza o auge da exploração da Floresta Ombrófila Mista, vistas as transformações tecnológicas e a visão sobre a natureza nos setores da sociedade responsáveis pela regulação das práticas florestais. A racionalização dos corpos humanos e não humanos promovida desde fins do século XIX modificou as relações

entre as sociedades e as florestas, passando estas de representarem espaço de sobrevivência e convivência para ser entendida como recurso a ser explorado através de seu máximo aproveitamento. A escassez provocada pela industrialização da floresta colocou a necessidade de promover o reflorestamento que, não mostrando-se produtivo a partir do monocultivo da araucária, passou a ser incentivado através do monocultivos de espécies exóticas. Assim, esse processo influenciou de forma decisiva para a conformação da paisagem atual da região, marcada pela ostensiva presença dos desertos verdes.

6. REFERÊNCIAS

Fontes

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*. Volumes 1-16; 18-19. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948-1963; 1965-1966.

Mensagens da presidência do Rio Grande do Sul à Assembleia de Representantes do Estado, 1900-1925.

Projeto de Lei nº 174/1951 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Bibliografia

BARCELLOS, Vanessa M. D. *O governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na região nordeste do estado (1898-1928)*. Dissertação de Mestrado em História PUCRS. Porto Alegre: 1988.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *O que é uma floresta? Natureza, materialismo e dialética sacionatural*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo: julho de 2011.

_____; CESCO, Susana. *Notas para uma história da exploração madeireira na mata atlântica do sul-sudeste*. Campinas: Revista Ambiente e Sociedade, Vol. XI, n. 1, p. 33-48, 2008.

CARVALHO, Ely Bergo de. *A História Ambiental e a "crise ambiental" contemporânea: um desafio político para o historiador*. Revista Esboços, Florianópolis, Vol. 11, n. 11, 2004.

_____. *Legislação Florestal, Território e Modernização: o caso do Estado do Paraná (1907-1960)*. Anais do XXIV Simpósio Nacional De História da ANPUH. São Leopoldo: 2007.

_____. *A modernização do 'sertão': terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. Tese de Doutorado em História, UFSC. Florianópolis: 2008.

_____. *O estado jardineiro e a gestão das florestas: uma história do Departamento de Geografia, Terras e Colonização na gestão do sertão paranaense (1934-1964)*. In: ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely B.; KLANOVICZ, Jó (orgs.). *História ambiental no sul do Brasil. Apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 149-178.

_____. *Problematizando as representações do mundo natural como delimitação espacial em história ambiental: entre a Araucarilândia e a Floresta Ombrófila Mista*. Ponta Grossa: Revista de História Regional, vol. 20, n. 2, 2015.

_____; NODARI, Eunice S. *A civilização e a barbárie nos jornais: o imaginário verde em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954-2000)*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Vol. 5, Ano V, n. 2. Abril/ Maio/ Junho de 2008.

_____; GIUDICE, Roberta del; RAJÃO, Raoni. *Uma breve história da Legislação Florestal Brasileira – Primeira parte (1500-1979)*. Observatório do Código Florestal, 2018. Disponível online em: <http://www.observatorioflorestal.org.br/content/uploads/2018/06/Livro-Uma-Breve-Hist%C3%B3ria-do-C%C3%B3digo-Florestal-Parte-1-Observat%C3%B3rio-do-C%C3%B3digo-Florestal-2018.pdf>

CARVALHO, Miguel Murdock Xavier; NODARI, Eunice S. *As fases da exploração madeireira na floresta com araucária e os progressivos avanços da indústria madeireira sobre as florestas primárias (1870-1970)*. Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações UFSC. Florianópolis: 2010, p.707-726.

CARVALHO, Miguel M. X. *Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, 2011.

_____. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Dissertação de Mestrado em História UFSC. Florianópolis: 2012.

CORREA, Silvio; BUBLITZ, Juliana. *Terra de Promissão. Uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: história e devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, (reimpressão 2004).

DIAS, Célia. *Política Florestal: O modelo florestal e agrícola para além do debate técnico*. In: CASTAÑEDA, Germán Palacio (Org.). *Ecología Política de la Amazonia*. 1ªed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ECOFONDO, 2009, p. 357-403.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.177-197.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José L. A; OLIVEIRA, Daniela. *Uma análise sobre a história e a situação das Unidades de Conservação no Brasil*. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do ES*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo: 2002.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro; DRUMMOND, José A; TAVARES, Giovana G. (orgs). *História Ambiental – fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *História ambiental no Brasil e seus clássicos*. (Resenha crítica do livro de PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 318 p.) Revista Sociedade e Estado, vol.18, n. 1-2, 2003.

GONÇALVES, Mucio Tosta. *A formação da economia das plantações florestais nos vales do rio doce e do aço em Minas Gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região*. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519839.pdf>

_____. *Plantações e política florestal no Brasil: uma análise da formação e institucionalização de demandas (1960-2000)*. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Fortaleza: SOBER, 2006.

GONÇALVES, Verônica Korber. *O conflito ambiental relativo à monocultura de eucalipto no Rio Grande do Sul: análise do processo judicial*. Dissertação de Mestrado em Direito UFSC. Florianópolis: 2009.

HIRT, Carla. *Impactos dos monocultivos arbóreos na paisagem e nas atividades relacionadas ao Turismo em São Francisco de Paula/RS*. Dissertação de Mestrado em Geografia IGEO/UFRGS. Porto Alegre: 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *Plano de Manejo para a Floresta Nacional de São Francisco de Paula-RS*. Santa Maria: IBAMA, 1989.

IORIS, Edviges Marta. *Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais*. Revista Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, set.- dez. 2008.

KASPARY, Rosane. GEVEHR, Daniel. *Os impactos da imigração alemã no espaço natural do Vale do Paranhana/RS: uma análise crítica sobre a ocupação da região através da história ambiental*. Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, UNISC, RS, 2015.

KLANOVICZ, Jó. *Corrigir os erros da natureza: húbriis, conhecimento agrônômico e produção de maçãs no sul do Brasil*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 131-145, jan - jun 2012.

_____; MORES, Lucas. *Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura na Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980*. Revista Diálogos, v. 18. Universidade Estadual de Maringá: 2014.

LIMA, Angela Bernadete. *O cenário agrário e agrícola brasileiro no final do século XIX: uma análise do pensamento ambiental da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)*. Revista HALAC – História Ambiental Latina y Caribeña, vol. 4, n. 2, p. 162-183, Guarapuava, 2015.

MACHADO, Ironita Policarpo; FARIAS, Álisson Cardozo; SANTOS, Caroline Lisboa dos. *A questão florestal na legislação agrária rio-grandense*. MÉTIS: História & Cultura v. 12, n. 23, p. 177-201, jan./jun. 2013.

MORETTO, Samira Peruchi; CARVALHO, Miguel M. X.; NODARI, Eunice S. *A legislação ambiental e as praticas de reflorestamento em Santa Catarina*. Anais do V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, 2010.

MORETTO, Samira Peruchi. *Desmatar e Reflorestar: a implementação do Pinus Elliottii no planalto de Santa Catarina, Brasil*. In: ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely B.; KLANOVICZ, Jó (Orgs). *História ambiental no sul do Brasil. Apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012, p.107-122.

NODARI, Eunice Sueli. *História de la devastación de Bosque de Araucarias en el sur de Brasil*. AREAS, Revista Internacional de Ciencias Sociales, n. 35, 2016.

NODARI, Eunice S.; ROSSI, Esther Mayara Zamboni. *Campos de Vacaria dos Pinhais: migrações, indústria madeireira e meio ambiente*. In: PEREIRA, Elenita; RUCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli G.; (orgs). *História Ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Editora Univates, 2014, p.119-137.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da História Ambiental*. Revista Estudos Avançados, 24 (68), 2010, p. 81-101.

PEREIRA, Elenita. *Da proteção à natureza ao desenvolvimento sustentável: a defesa ambiental no RS*. Revista Tempos Históricos, vol. 15, p. 117-153, 2º semestre 2011.

_____. *Entre as florestas e o Estado: a Polícia Florestal no Rio Grande do Sul (1944-54)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, São Paulo, julho 2011.

_____. *Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História UFRGS. Porto Alegre: 2011.

_____. *Roessler: o homem que amava a natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

_____. *Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: a luta contra a Celulose Borregard (72-75)*. Revista de História Iberoamericana, vol. 7, n. 2, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. *Plano Ambiental Municipal*. São Francisco de Paula: Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, 2008.

ROESSLER, Henrique Luís. *O Rio Grande do Sul e a ecologia: crônicas selecionadas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1986.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni. *“Subindo a serra”: Migrações, indústria madeireira e as transformações da paisagem nos campos de altitude no rio grande do sul (1890-1970)*. Dissertação de Mestrado em História UFSC. Florianópolis: 2015.

SÁ, Débora; GERHARDT, Marcos. *Uma história ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: a aquisição de terras*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 182-202, Set.-Dez, 2016.

SÁ, Débora Nunes de. *Uma história ambiental da floresta nacional de Passo Fundo: 1946-2011*. Dissertação de Mestrado em História, UFSC. Florianópolis: 2017.

WENTZ, Liliane Irma M. *Os caminhos da madeira – região norte do RS 1902-1950*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 8, 1991.